

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

THOMAZ FELIPPE

**DESEMPENHO ECONÔMICO SETORIAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO
DE SANTA TEREZINHA-SC SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO**

**RIO DO SUL
2023**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

THOMAZ FELIPPE

**DESEMPENHO ECONÔMICO SETORIAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO
DE SANTA TEREZINHA-SC SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Orientadora: Dra. Marcia Fuchter

**RIO DO SUL
2023**

CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI

THOMAZ FELIPPE

**DESEMPENHO ECONÔMICO SETORIAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO
DE SANTA TEREZINHA - SC SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado
ao curso de Ciências Econômicas, da Área das
Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro
Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale
do Itajaí- UNIDAVI, a ser apreciado pela Banca
Examinadora, formada por:

Professor Orientadora: Dra. Marcia Fuchter

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2023.

“A diferença entre os caracteres mais dissemelhantes, entre um filósofo e um simples carregador, por exemplo, parece surgir não tanto da natureza como do hábito, costume e educação”. (A Riqueza das Nações, Adam Smith).

Este trabalho é dedicado ao povo heróico de Santa Terezinha, cuja resiliência e paixão pela nossa terra são uma fonte constante de inspiração. Que este estudo contribua para o contínuo crescimento e prosperidade desta cidade que tanto amamos. Em homenagem a vocês, os verdadeiros heróis de nossa história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a realização deste trabalho aos meus pais, aos quais sempre me apoiaram na realização do ensino superior.

Agradeço aos amigos de sala, que passaram pelo mesmo período que eu em todas as fases, auxiliando-os em ajuda mútua durante essa caminhada até o fim da graduação.

Agradeço também a UNIDAVI por proporcionar a oferta do curso de Ciências Econômicas, além de fornecer o ambiente e todo o aparato estrutural necessário para a melhor aplicação possível do ensino.

Agradeço aos professores do curso, por proporcionarem a aplicação do conteúdo de forma interessante e demonstrando maestria ao ministrar os conteúdos das matérias presentes na ementa.

Aos professores, dou ênfase em agradecer a professora e orientadora, Dra. Marcia Fuchter, a pessoa a qual me possibilitou o primeiro contato com a Economia no Raio-X da UNIDAVI, e a qual orientou meu último trabalho na graduação que ingressei.

E por fim, agradeço a Deus e a todas as outras pessoas envolvidas que tive o convívio e envolvimento durante o período de duração do curso.

À todos, meu muito obrigado!

RESUMO

O desenvolvimento, diferente do que se teve como compreensão por muito tempo, não se limita apenas aos fatores quantitativos de uma população, mas se trata de uma gama relevante de fatores que agregam positiva ou negativamente ao município, nos aspectos econômicos, sociais e sustentáveis. Santa Terezinha é o município pertencente ao Alto Vale do Itajaí com maior extensão territorial, mas que possui índices de desenvolvimento que demonstram a necessidade de serem estudados. Abrangendo a análise para os índices de desenvolvimento que mensuram o desempenho econômico, social e sustentável municipal, englobando também saúde, educação, natalidade e empregabilidade. Visando qualificar o desenvolvimento municipal em suas várias esferas, em relação ao setor primário, secundário e terciário da economia, além dos fatores da economia, sustentabilidade e sociais, foi utilizado de pesquisa bibliográfica, além do uso de pesquisa em índices fornecidos por entidades governamentais, com a finalidade de obter a qualificação municipal com maior assertividade. Pode-se perceber que nos aspectos ambientais, Santa Terezinha possui um desempenho bem abaixo dos níveis médios existentes, além de possuir destaque em quantidade de propriedades embargadas. Também observa-se um êxodo rural e uma redução populacional, causada na maioria pela falta de incentivos aos jovens a permanecerem no campo e a pouca oferta de empregabilidade no município.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Desempenho Econômico, social e sustentável. Santa Terezinha.

ABSTRACT

Development, unlike what was understood for a long time, is not limited to just the quantitative factors of a population, but is a relevant range of factors that add positively or negatively to the municipality, in economic, social and sustainable aspects. Santa Terezinha is the municipality belonging to Alto Vale do Itajaí with the largest territorial extension, but which has development rates that demonstrate the need for study. Covering the analysis of development indices that measure municipal economic, social and sustainable performance, also encompassing health, education, birth rate and employability. Aiming to qualify municipal development in its various spheres, in relation to the primary, secondary and tertiary sector of the economy, in addition to economic, sustainability and social factors, bibliographical research was used, in addition to the use of research on indices provided by government entities, with the aim of obtaining municipal qualification with greater assertiveness. It can be seen that in environmental aspects, Santa Terezinha has a performance well below the existing average levels, in addition to being highlighted in the number of embargoed properties. There is also a rural exodus and a population reduction, mostly caused by the lack of incentives for young people to remain in the countryside and the lack of employment opportunities in the municipality.

Keywords: Development. Economic, social and sustainable performance. Santa Terezinha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município de Santa Terezinha	36
Figura 2- Exportações, importações e Balança Comercial de SC	53
Figura 3- Composição do Índice IDMS	72
Figura 4- Composição do índice IDMS Economia	72
Figura 5- Composição do índice IDMS Ambiental	73
Figura 6- Composição do índice IDMS Político Institucional	73
Figura 7- Embargos ambientais no município de Santa Terezinha	74
Figura 8- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	75
Figura 9- Desempenho por ODS em Santa Terezinha	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos Agropecuários, Área dos Estabelecimentos Agropecuários, Percentual da área em relação à área total	40
Tabela 2 - Comparativo dos cinco principais produtos da lavoura temporária 2006-2017	41
Tabela 3 - Quantidade de maquinário agrícola utilizado nos estabelecimentos rurais.	43
Tabela 4 - Valor Adicionado por atividade do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha - 2021	46
Tabela 5 - Valor Adicionado por atividade do setor terciário da economia no município de Santa Terezinha - 2021	56
Tabela 6 - Evolução da população no município de Santa Terezinha, Santa Catarina e Brasil	63
Tabela 7 - Evolução da população em percentual em domicílios com água encanada	66
Tabela 8 - Evolução IDHM Educação	67
Tabela 9 - Taxas de analfabetismo	67
Tabela 10 - Evolução da população em percentual em domicílios com água encanada	68
Tabela 11 - Evolução IDHM renda	69
Tabela 12 - Evolução Taxa de fecundidade total	70
Tabela 13 - Número de estabelecimentos por subsetor da indústria	87
Tabela 14 - Número de empregos por grande setor	87
Tabela 15 - Salário total por subsetor da indústria em Santa Terezinha	87
Tabela 16 - Nº de funcionários por subsetor da indústria em Santa Terezinha	88

Tabela 17 - Salário total por subsetor da indústria em Santa Terezinha	88
Tabela 18 - Número de Empregos Subsetor Terciário em Santa Terezinha	88
Tabela 19 - Salário Médio por Subsetor da Indústria em Santa Terezinha	89
Tabela 20 - Salário Total do Setor Terciário da Economia em Santa Terezinha	89
Tabela 21 - Salário Médio do Setor Terciário da Economia em Santa Terezinha	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto de Santa Terezinha	38
Gráfico 2 - Evolução do Produto Interno Bruto por setores da economia no município de Santa Terezinha	38
Gráfico 3 - Escolaridade do produtor rural no município de Santa Terezinha - 2017	42
Gráfico 4 - Evolução do Produto Interno Bruto do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha	43
Gráfico 5 - Percentual do valor adicionado do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha - 2021	46
Gráfico 6 - Estabelecimentos do setor secundário em Santa Terezinha	47
Gráfico 7 - Empregos por grande setor em Santa Terezinha	49
Gráfico 8 - Salário total por subsetor da indústria em Santa Terezinha	50
Gráfico 9 - N° de Funcionários por subsetor da indústria em Santa Terezinha	51
Gráfico 10 - Salário médio por subsetor da indústria em Santa Terezinha	52
Gráfico 11 - Evolução do Produto Interno Bruto do setor terciário da economia no município de Santa Terezinha	55
Gráfico 12 - Empregos subsetor terciário em Santa Catarina	58
Gráfico 13 - Estabelecimentos do subsetor terciário em Santa Catarina	59
Gráfico 14 - Salário total por subsetor da economia em Santa Terezinha	60
Gráfico 15 - Salário médio do setor terciário da economia em Santa Terezinha	61
Gráfico 16: Comparativo da evolução da população rural e urbana para município de Santa Terezinha	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAVI: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

APP: Área de Preservação Permanente

BACEN: Banco Central do Brasil

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

Cepal: Comissão Econômica para a América Latina.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CMMDA: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COOPERFAVI: Cooperativa da Agricultura Familiar do Alto Vale do Itajaí.

COP 21: Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (21ª Conferência das Partes)

COPOM: Comitê de Política Monetária.

ComexVis: Sistema de Visualização da Balança Comercial Brasileira

DMER: Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens

ESG: Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

FGV: Fundação Getúlio Vargas.

FECAM: Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina.

FJP: Fundação João Pinheiro

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto Sobre a Circulação de Bens e Serviços

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IDMS: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

IDSC-BR: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPA: Índice de Preços ao Atacado.

IPC: Índice de Preços ao Consumidor.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

ISS: Imposto Sobre Serviços

MCR: Manual de Crédito Rural

MEIs: Microempreendedores Individuais

MST: Movimento dos Sem-Terra

ONU: Organização das Nações Unidas

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Pnud: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB: Produto Interno Bruto

PIB Per Capita: Produto Interno Bruto per capita.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

RAIS/MTE: Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego

SC: Santa Catarina.

SEF SC: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina

SICAR: Sistema de Cadastro Ambiental Rural

SNIPC: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Geral	16
1.2.2 Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2. CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES	18
2.1. DESENVOLVIMENTO COMO SINÔNIMO DE PROGRESSO	19
2.2 DESENVOLVIMENTO COMO SINÔNIMO DE CRESCIMENTO	20
2.3 DESENVOLVIMENTO COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL	21
2.4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	24
2.4.1 Indicadores Econômicos	25
2.4.2 Indicadores Sociais	28
2.4.3 Indicadores Ambientais	31
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	33
4 QUALIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA	34
4.1 DA COLONIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	35
4.2 DESEMPENHO ECONÔMICO SETORIAL	37
4.2.1 Desempenho do setor primário	39
4.2.2 Desempenho do setor secundário	44
4.2.3 Desempenho do setor terciário	53
4.2 DESEMPENHO INDICADORES SOCIAIS	62
4.2.1 Educação	66
4.2.2 Longevidade	68
4.2.3 Renda	68
4.2.4 Fecundidade	69
2.4.5 Indicadores de sustentabilidade	71
2.4.5.1 Composição do Índice IDMS	71
2.4.5.3 Composição do Índice IDMS Ambiental	72
2.4.5.4 Composição do Índice IDMS Político Institucional	73
5. CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	87

1. INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico municipal pode ser analisado sob diversas perspectivas. Alguns autores concordam que o desenvolvimento contempla múltiplas dimensões, de caráter mais qualitativo, enquanto outros autores restringem o desenvolvimento econômico aos indicadores de ordem quantitativa (VASCONCELLOS e GARCIA, 2002).

A perspectiva qualitativa aponta que o PIB e o PIB *Per Capita* não refletem diretamente uma análise do desenvolvimento social. Isto porque a média não demonstra as particularidades e realidade de concentração de renda. O indicador informa se a população de determinada área geográfica possui renda alta, porém não evidencia a forma que a renda está distribuída entre os seus moradores (Vasconcellos e Garcia). Indicadores como a desigualdade em nível municipal, mensurada pelo índice de Gini refletem melhor a condição de renda da população (IPEA, 2004). Ademais, outro índice que traz informações mais abrangentes acerca do desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) criado no início dos anos 90 e que possibilitou uma melhor medição da qualidade de vida da população (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005).

Para realizar uma análise crítica acerca do desenvolvimento econômico, a perspectiva multidimensional que considera aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e espaciais têm demonstrado maior proximidade com as realidades. Nesse contexto, a pesquisa avalia indicadores socioeconômicos e sustentáveis, dimensões escolhidas para auxiliar na pesquisa do município de Santa Terezinha-SC, para demonstrar sua condição de desenvolvimento de forma mais abrangente e assertiva. A economia do município tem base fundamental na agricultura familiar, sua história de emancipação é relativamente recente, sendo um município emancipado há 31 anos (AMAVI, 2023), antes considerado um distrito do município de Itaiópolis- SC. As questões de pesquisa que conduziram a pesquisa são: Os indicadores de desempenho econômico setorial do município apontaram evolução? Os indicadores sociais que apontam melhoria na qualidade de vida dos munícipes? Quais são os entraves ao desenvolvimento econômico do município?

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O município de Santa Terezinha possui extensão territorial de 715,551 km² (IBGE, 2022), sendo o maior município do Alto Vale do Itajaí, entretanto, apesar da vasta extensão territorial apresenta índices de desenvolvimento econômico e social abaixo da realidade regional. Neste sentido, a problemática do trabalho consiste na qualificação do desenvolvimento econômico, setorial, social e sustentável do município de Santa Terezinha a partir da abordagem multidimensional.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Qualificar o desenvolvimento econômico setorial, social e sustentável do município de Santa Terezinha.

1.2.2 Específicos

- Avaliar o desempenho dos indicadores de desempenho econômico setorial do município
- Verificar o desempenho dos indicadores sociais que representam a qualidade de vida dos munícipes
- Investigar a condição/estágio de desenvolvimento sustentável do município

1.3 JUSTIFICATIVA

Santa Terezinha possui vasta extensão territorial. Com mais de 715 km² (IBGE, 2021) é o maior município do Alto Vale do Itajaí nesse quesito. O setor agrícola é representado pela presença majoritária de estabelecimentos da agricultura familiar, de onde provém a maior parcela do valor adicionado. Porém os

setores secundário e terciário não apresentaram a mesma dinâmica de crescimento. Estes caracterizam-se pela oferta de bens e serviços básicos que suprem a maior parte da demanda local dos cidadãos do meio rural e em menor proporção do meio urbano municipal.

Em termos de desenvolvimento social, o município apresenta desempenho insatisfatório em relação ao principal índice que mensura a qualidade de vida. O IDHM ou Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal apresentou em 2010 a marca de 0,669 passando a integrar o grupo de municípios brasileiros com IDH médio. Ao pesquisar previamente as condições de desenvolvimento econômico de Santa Terezinha, com base nos indicadores de desempenho econômico setorial e social, o município aponta inúmeras fragilidades. Apesar da vasta dimensão territorial e do potencial agropecuário, o processo de desenvolvimento está engessado.

A relevância prática deste estudo está na possibilidade de qualificar o desenvolvimento municipal apontando o desempenho dos indicadores econômicos e sociais que refletem a condição atual do município, permitindo a reflexão dos gestores públicos, empresários e comunidade em geral sobre a realidade local. Ações de melhoria, via políticas públicas ou pela iniciativa privada requerem antes de tudo, o esforço em compreender a realidade de forma crítica, objetivo dessa pesquisa.

A importância teórica do estudo reside no fato de que este trabalho de conclusão de curso é um dos primeiros estudos realizados sobre o município de Santa Terezinha e os entraves ao desenvolvimento. A realização da pesquisa contribui para gerar novos conhecimentos para a temática abordada.

2. CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES

O desenvolvimento não ocorre de forma padronizada em cada local, há em casos peculiares certas necessidades que estão em abundância em certo local, ou que não se aplicam por simplesmente não terem viabilidade, nem necessidade no quesito em questão. As áreas mais dinâmicas têm por característica desenvolver de forma mais forte, já por ser uma área que está viabilizada a novas opções (LIMA E SIMÕES, 2010).

O pensamento sobre o desenvolvimento regional se dá pela atual ordem dos agentes econômicos. A regionalização no quesito de desenvolver o local é necessário, pois ao crescer ou defasar, a região como um todo sobre a consequência, seja ela uma bonificação ou uma punição. Na ordem dos fatores atuais, uma região tem laços estreitos entre si, o sistema econômico capitalista propicia esse cenário (LIMA e SIMÕES, 2010). Os integrantes das regiões ao qual participam, em muitas vezes, se interdependem, seja por logística em transportes locais, em comércio com a produção e consumo na mesma região, ou seja mesmo por uma relação de comensalismo, no qual dois agentes próximos se beneficiam na relação.

A utilidade do desenvolvimento, no seu sentido cotidiano, abrange todos os aspectos que moldam a vida das pessoas. Esta afirmação torna-se ainda mais clara quando se olha para a situação social da população, uma vez que o desenvolvimento não se limita apenas aos indicadores econômicos, mas também afeta diretamente a qualidade de vida populacional, as oportunidades e o acesso aos recursos. Neste contexto, a educação torna-se um fator de suma importância, pois determina não só os conhecimentos adquiridos daquela população, mas também as perspectivas e competências futuras dos membros da sociedade, e as funções as quais vão desempenhar. Uma sociedade que investe na educação não só promove o desenvolvimento individual, mas também promove o progresso coletivo, estabelecendo bases sólidas para a inovação, com a participação dos cidadãos e a melhoria contínua das condições sociais. O desenvolvimento revela, portanto, a importância de construir uma estrutura social mais equitativa e capaz de lidar com os desafios contemporâneos. Isso é visto quando

A ideologia econômica de acumulação capitalista tem perpassado vários setores sociais e historicamente se consolida de diversas formas. Na esfera educacional, isso tem ocorrido principalmente através da estruturação de políticas apresentadas pelo Estado. É fundamental analisar em que medida a educação está sendo vinculada aos objetivos de forças produtivas e desenvolvimento econômico (CABRAL, SILVA e SILVA, p. 35, 2016).

A moldagem de uma sociedade para o desenvolvimento se dá a partir da educação, por meio desta novos indivíduos poderão desenvolver alternativas que viabilizem formas de alcançar os objetivos sociais. A capacitação humana, seja ela oriunda do Estado, particular, ou mesmo originária de uma atitude autoral do indivíduo possibilita novos horizontes, pois “Do ponto de vista macroeconômico, investir no fator humano significa determinante básico para superação do atraso econômico e para o aumento da produtividade” (CABRAL, SILVA e SILVA, p. 37, 2016). Seja no conceito produtivo ou de desenvolvimento, o investimento educacional no indivíduo resultará em melhores resultados, se a educação for utilizada de maneira correta.

2.1. DESENVOLVIMENTO COMO SINÔNIMO DE PROGRESSO

O assunto de desenvolvimento é relativamente recente, sendo pauta em escala global apenas no ano de 1972 na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo (PASSOS, 2009). Antes disso, se confundia muito com crescimento, seja ele econômico, social, populacional, etc.

Segundo Papalia, “os cientistas do desenvolvimento falam de modo distinto sobre desenvolvimento físico, desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento psicossocial. Na verdade, contudo, esses aspectos ou domínios do desenvolvimento estão interligados. Durante toda a vida, cada um deles influencia os outros” (PAPALIA et al, p. 51, 2006). Entre os aspectos do endógeno humano, há os aspectos exógenos, aos quais divergem em mais segmentos, pois a amplitude da temática está diretamente interligada com seu propósito, pois o crescimento, além de se separar do crescimento, se subdivide em muitos outros segmentos.

Essa perspectiva foi divergida do crescimento pelo fato de que até 1972 o modo de produção foi focado apenas na multiplicação numérica em maior escala e com o menor custo o possível. Sem zelo pela conservação do ambiente, o aumento

da temperatura global, diminuição de fontes de águas potáveis e perda do território com reservas ambientais, notou-se a necessidade de tratar do assunto e avaliar sua divergência com o crescimento. Conforme concorda Theis ao dizer,

[...] há um tipo de crítica que objeta os aspectos quantitativos e também os qualitativos. Este identifica desenvolvimento com a difusão da ideia de criação de riquezas, desde formações sociais centrais, que se materializa em processos de acumulação de capital, mas gera consequências adversas tanto para indivíduos e coletividades humanas como para a natureza nas formações periféricas (THEIS, p. 12, 2022).

A simples composição de uma população e a acumulação de riqueza não garantem automaticamente o desenvolvimento e, em alguns casos, podem agravar as disparidades entre os indivíduos. O verdadeiro progresso não tem apenas a ver com o crescimento econômico, mas deve também considerar as dimensões sociais, educativas e de bem-estar. Uma abordagem abrangente ao desenvolvimento requer uma avaliação da distribuição equitativa dos benefícios econômicos, da inclusão social, da igualdade de oportunidades e da sustentabilidade ambiental. A análise do desenvolvimento populacional deve, portanto, ir além dos indicadores puramente econômicos para incluir a qualidade da educação, o acesso à saúde e outros fatores que contribuem para um desenvolvimento genuíno e uma sociedade justa.

Com o moldar da mudança de conceituação sobre a origem do desenvolvimento, o progresso se afunila como parte do significado deste termo, mas não de forma totalmente equivalente. Como pode-se ver, ao Pereira

[...]dizer que os conceitos de progresso e desenvolvimento humano são equivalentes, embora tenham origens e conotações diferentes. O desenvolvimento humano está associado ao desenvolvimento econômico, envolve mudança estrutural e está relacionado a um determinado Estado- -nação, ao passo que progresso é um conceito universal (PEREIRA, 2014, P. 37).

Em suma, o progresso abrange mais contingentes, por universalizar o conceito de progredir, enquanto o desenvolvimento torna-se um conceito que opta por mudar estruturas que precisam de certa atenção, como uma Estado-nação por exemplo.

2.2 DESENVOLVIMENTO COMO SINÔNIMO DE CRESCIMENTO

O entendimento de desenvolvimento como algo divergente ao sentido de crescimento é bem recente, visto que até a década de 1970 desenvolvimento e crescimento eram sinônimos de progresso material (VEIGA, 2005). O enriquecimento no contexto do acúmulo de capital por um casta social específica pressupunha-se que resultaria na melhoria dos vastos fatores que englobam uma vida digna e feliz propicia ao indivíduo.

Com a obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico” de Celso Furtado em 1974, inicia-se uma teoria palpável de como o havia uma grande distância muito mais complexa do que somente considerar o acúmulo de capital como uma forma de desenvolvimento, muitos outros fatores, tanto, políticos, sociais e ambientais afetam acentuadamente o desenvolvimento individual, coletivo ou social (VEIGA, 2005).

Não obstante, o acúmulo de capital não é uma questão que não influencia, mas sim que pode vir a complementar com um conjunto de fatores auxiliando nessa força motriz que seria o aumento de capital. O desenvolvimento se dá de forma única, pois a combinação de fatores que resulta na equação de desenvolvimento social muda de região para região e de população para população, por isso e por muito tempo, somente o enriquecimento populacional foi considerado desenvolvimento, pois em contextos mais abrangentes a riqueza melhora a qualidade de vida das pessoas, mas somente isso pode causar mais desigualdades, degradações ambientais e afins. Visto isso, pode-se dizer que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se complementam” (SCATOLIN, 1989, p. 24).

Não é possível excluir a importância do capital na questão do desenvolvimento, considerando a variável de que não se pode relevar somente isso, autores como Celso Furtado enfatizam essa relevância ao afirmar que “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 115-116).

2.3 DESENVOLVIMENTO COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

A relação do ser humano com os fatores exógenos é inevitável, o simples fato de respirar envolvem inúmeros fatores que não dependem unicamente do inalador

dos compostos químicos presentes no ar, como Ambrosio (2007) afirma ao dizer que “A existência e a essencialidade do outro diferente são absolutamente necessárias para a continuidade de uma espécie. Numa mesma espécie, indivíduos dependem e devem conviver com outro diferente. Individualidade e alteridade devem necessariamente conviver, embora tendo reações conflituosas” (AMBROSIO, 2007 p. 12). Essa correlação faz com que os fatores de desenvolvimento se ramifiquem para uma co-dependência para o progresso.

O desenvolvimento sustentável é um assunto relativamente novo, sendo tratado apenas a partir da segunda metade do século XX, sendo que o modo de produção massivo e corrosivo no conceito de progredir vinha apenas de produzir e consumir extraindo dos recursos naturais o que precisar e da maneira mais fácil de extrair, coletar ou transformar (RIGOTTO e TEIXEIRA, 2009). Com o aquecimento global devido a destruição da camada de ozônio consumida pelos gases nocivos produzidos a partir da combustão de materiais no ramo industrial, do efeito químico realizado pelo motor de veículos e outros produtores fez uma cadeia de consequências, como o aumento à exposição a raios UV, derretimento das calotas polares, aumento do nível do mar e outras situações foram alarmantes para a tomada de mudanças de atitudes para conter os danos ambientais.

Juntamente com a esfera sustentável, há o direcionamento para o social, pois com boas implicações sustentáveis, o ambiente ao redor se torna mais habitável, com por exemplo ar mais puro, clima ameno e etc. Isso se fundamenta quando

[...]os psicólogos do desenvolvimento contemporâneos concordem que retomar o debate “nature-nurture” (biologia versus ambiente social) é infrutífero, estas duas diferentes concepções, dos determinantes do comportamento humano persistem na psicologia acadêmica, bem como no senso-comum (VERÍSSIMO e SANTOS, p.389, 2008).

Em mais campos do conhecimento há a concordância de que esses componentes estão diretamente ligados para se conseguir o desenvolvimento adequado. O social envolve muitos fatores, inicia-se pelo modo cultural de criação desde sua infância, local, participantes, condição social e mais muitas possibilidades que criam uma linha tênue de como esse indivíduo será desenvolvido ou terá condicionantes para que ele se desenvolva de forma minimamente propícia para uma vida saudável.

Dentro das principais esferas base para se conseguir um desenvolvimento adequado, enquadra-se a questão econômica. “O desenvolvimento econômico é um processo de aumento do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico que implicam em salários mais elevados” (PEREIRA, p. 6, 2006). O modo capitalista em sua forma pura não traz o desenvolvimento econômico em si, mas sim um crescimento do PIB Per Capita oriundo do acúmulo de capital por uma pequena fatia da sociedade dona dos meios de produção.

O conceito abrangente de desenvolvimento econômico consiste fundamentalmente em melhorar os padrões de vida de um grupo social específico, que pode ser uma região, uma família, uma cidade, entre outras finalidades possíveis. Para atingir este objetivo, a obtenção de capital torna-se crucial, não apenas como meio de pagamento, mas sobretudo em relação ao desenvolvimento do sistema capitalista, incluindo os meios de produção. Neste contexto, surgem desafios significativos, como a necessidade de produzir de forma mais eficiente e rápida, minimizando ao mesmo tempo o impacto ambiental.

O surgimento da robotização na produção industrial representa uma vertente deste desafio, pois embora aumente a eficiência produtiva industrial, também conduz à redução do número de vagas operacionais disponíveis para a população que demandaria ou necessitaria desta vaga de trabalho, pois a “[...] tecnologia é amplamente considerada como a principal fonte de progresso, mas também gerou ansiedade cultural ao longo da história, uma vez que fomentava o medo dos trabalhadores acerca do desemprego tecnológico” (ARAÚJO, 2019, p. 18).

Essa crescente demanda por mão de obra altamente qualificada concentra o trabalho disponível em cargos onde o custo e a especialização são mais elevados e a quantidade de pessoas menores. A transição para uma economia mais automatizada e orientada para a eficiência trouxe mudanças acentuadas no mercado de trabalho, exigindo adaptação e investimento contínuo na formação de profissionais qualificados para enfrentar os desafios do cenário econômico em mudança.

É visto essa mudança no meio de produção e na agregação do

[...] desenvolvimento econômico continua fundamental para os países que competem na arena internacional, porque dele depende a melhoria dos padrões de vida das populações; porque, além de ser um fenômeno histórico, é um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente (PEREIRE, p. 22, 2006).

A modalidade de sistema econômico capitalista demanda desse aprimoramento na mão de obra, o que conseqüentemente aplica em uma mudança histórica na forma de como o desenvolvimento pode se dar, não sendo unicamente oriundo do fator econômico, mas tendo uma relação forte com essa dimensão. O desenvolvimento econômico acompanha e estimula o desenvolvimento técnico, principalmente ao se pensar no modo de produção. Furtado informa que “o processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas”. (FURTADO, p. 15, 1951), trazendo também a importância do incentivo para a inovação no conhecimento técnico e na inovação, ferramenta que pode ser utilizada para conciliar as várias esferas das dimensões que propiciam de forma correta um desenvolvimento eficiente.

2.4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Na segunda metade do século XX, após várias discussões entre cientistas sociais, viu-se a necessidade de ter uma forma de mensuração do desenvolvimento humano. Inicialmente foi utilizado para realizar esta medição o PIB (Produto Interno Bruto), mas com o passar do tempo, notou-se que havia falhas em seu uso, pois sua forma de cálculo abrangia o crescimento em si da produção dos bens finais, não o desenvolvimento em si daquele local, isso é visto quando Siedenberg diz

Durante os anos 60, entretanto, surgiram as primeiras críticas a este modelo. As propaladas e incentivadas estratégias de crescimento econômico acabaram não propiciando necessariamente o desenvolvimento econômico e social e, em decorrência, o PIB passou a ser questionado como indicador de desenvolvimento (SIEDENBERG, p. 22, 2003).

Tem-se então, a perspectiva de que não seria de total valia utilizar o PIB somente, mas sim utilizá-lo em conjunto com outros fatores para agregar melhor medição nas análises desenvolvimentistas.

Siedenberg ainda reitera que, com a participação de órgãos sociais, encabeçado por cientistas que tinham por objetivo achar uma melhor ferramenta para auxiliar em suas pesquisas da sociedade, criaram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

Em 1990, quando o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – apresentou o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – em seu relatório anual (ver UNDP 1990a), em que foram comparados diferentes aspectos da qualidade de vida em 130 países com mais de 1 milhão de habitantes, consolidou-se definitivamente uma concepção mais complexa do conceito de desenvolvimento que, para além de meros dados econômicos, levava em consideração também alguns aspectos sociais (SIEDENBERG, p. 48, 2003).

O advento de novos indicadores ocorridos no século passado não se limitou apenas ao PIB e ao IDH. Em nível nacional ocorreu também a criação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), atualmente medida pelo SNIPC (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor), índice que serve como corretor constante do poder de compra tendo por base o salário populacional (IBGE, 2023). Não incluindo fatores como satisfação, utilidade e etc, o INPC serve como um medidor de como a oscilação dos preços afeta o poder de compra da sociedade.

Dentro deste patamar de mensuração de valores com cunho para a medição inflacionária do poder de compra nacional, também há o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que serve atualmente como índice de referência para o sistema de metas para a inflação do governo, calculado a partir do representativo de consumo de famílias brasileiras com renda entre um a quarenta salários mínimos (BACEN, 2023).

Há também órgãos sociais e governamentais que trazem dados importantes a serem analisados, como por exemplo índices de preços como a FGV (Fundação Getúlio Vargas), responsável pelo cálculo do IGP (Índice Geral de Preço), composto pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), IPA (Índice de Preços ao Atacado) e o INCC (Índice Nacional de Custos da Construção Civil) (BACEN, 2023).

2.4.1 Indicadores Econômicos

Analisar os fatores econômicos, seja sob a ótica macroeconômica e microeconômica, viabiliza de forma mais concisa a averiguação dos fatos aos quais demonstram se a determinada região está passando por uma fase na qual agrega positivamente ou negativamente para o desenvolvimento como um todo, isso é notável quando Boschetti menciona as problemáticas da falta de análise econômica e suas consequências já existentes:

[...] o tema do desenvolvimento econômico deve ser analisado e compreendido. As particularidades nacionais não resguardam países capitalistas, de norte a sul do globo, de vivenciar tendências convergentes nas políticas macroeconômicas e sociais de enfrentamento da crise. São comuns as perspectivas de recessão ou reduzidas taxas de crescimento, de aumento do desemprego de longa duração, de precarização do trabalho e redução de salários. As políticas governamentais, com algumas útil distinção, também seguem a cartilha neoliberal das agências multilaterais acima indicadas e se apressaram em socorrer bancos e instituições financeiras, como forma de salvar o capitalismo financeirizado (BOSCHETTI, 2013, p.356).

Também existe, os índices econômicos, em sua grande maioria, possuem a finalidade de realizar a mensuração de algum fator econômico. Em geral se trata de uma medição do valor ao qual uma certa cesta de produtos ou serviços sofreu um aumento generalizado, isso é enfatizado quando Martinez e Cerqueira informam que

[...]índices de inflação podem ser construídos a partir de variadas cestas de bens, conforme os preços relevantes para os grupos que se queira considerar – consumidores, produtores de um setor ou da economia em geral, residentes de uma região específica. Os modelos macroeconômicos usualmente tratam a inflação como uma grandeza única, buscando quais são seus determinantes e as políticas mais adequadas para contê-la (MARTINEZ e CERQUEIRA, 2013).

Ou seja, dependendo da necessidade da pesquisa, podem se utilizar os índices adequados para medi-los.

Dentre esses índices, tem-se o medidor oficial de inflação, utilizado para estipular as metas de inflação e sua oscilação auxilia na análise feita pelo COPOM (Comitê de Política Monetária) para alteração da taxa de juros básica da economia, a Taxa Selic, além de também ser vinculado em contratos de empregatícios de servidores públicos para correção salarial anual, este índice é o IPCA (IBGE, 2023). Medido pelo IBGE, engloba uma cesta de produtos e seu peso no consumo das famílias de renda entre um e quarenta salários mínimos. Ele é calculado quando “o IBGE faz um levantamento mensal, em 13 áreas urbanas do País, de,

aproximadamente, 430 mil preços em 30 mil locais. Todos esses preços são comparados com os preços do mês anterior, resultando num único valor que reflete a variação geral de preços ao consumidor no período” (IBGE, 2023).

Também há o INPC, muito similar ao que o IPCA mede, abrange uma parte da sociedade a qual possui uma renda entre um e seis salários mínimos, calculado desta forma com a finalidade de abranger 50% da população com menor rendimento (IBGE, 2023). Calculado pelo IBGE, é utilizado em uma metodologia padronizada de cálculo, na qual consiste em

- [...] primeiramente, calcula-se a média aritmética dos preços pesquisados em diferentes estabelecimentos comerciais para cada produto pesquisado no mês corrente. Através do mesmo processo, este preço médio é comparado com o resultado obtido no mês anterior
- Em seguida, para se calcular o índice do subitem, aplica-se a média geométrica simples para agregação dos resultados dos produtos pertencentes ao subitem
- Por último, para todos os níveis superiores de agregação, emprega-se a fórmula de Laspeyres (IBGE, 2023).

Dessa forma, há um cálculo mais próximo da realidade da população salarial estipulada pelo INPC, onde com seu cálculo é aplicado para reajustes salariais, de aposentadorias e em outras aplicabilidades.

Um fator bem relevante quando se menciona sobre desenvolvimento, são os setores da economia: primário, secundário e terciário. Segundo Almeida, Silva e Angelo “o setor primário abrange a agricultura em sentido restrito (isto é, a lavoura), a pecuária, a caça, a pesca, bem como a extração de minerais e de madeira, ou seja, todas as atividades de exploração direta dos recursos naturais de origem vegetal, animal e mineral, não implicando em uma agregação de valor via industrialização” (ALMEIDA; SILVA; ANGELO. p. 149-150; 2013). Sendo a forma mais antiga utilizada, sendo mais dependente dos processos produtivos e de coleta quase que totalmente do trabalho manual, sem a utilização de maquinários que realizem funções. Almeida, Silva e Angelo (2013) também explicam que o agronegócio não se enquadra nesse quesito, pois sua forma de produção em massa utiliza tanto de implementos agrícolas avançados e produtos químicos tecnológicos, como pesticidas, herbicidas e fertilizantes, fugindo do conceito de produção com a utilização quase que totalmente da força humana.

No segundo setor da economia se enquadra a parte de industrialização da economia, como informam Almeida, Silva e Angelo

O setor secundário (ou indústria em geral) compreende todas as atividades de transformação de bens e divide-se em três subsetores: a indústria da construção civil, a indústria de serviços públicos (geração e distribuição de energia elétrica, beneficiamento e distribuição de água à população, produção e distribuição de gás encanado) e a indústria manufatureira, inclusive a relacionada ao agronegócio como, por exemplo: as fábricas de papel e celulose, os frigoríficos, entre outras. O setor terciário (ou de serviços em geral) se refere a todas as demais atividades econômicas que se caracterizam por não produzirem bens materiais e sim prestarem serviços (ALMEIDA; SILVA; ANGELO. p. 150; 2013).

Sendo assim, o setor que concentra uma grande parcela dos empregos em uma sociedade, pois a transformação de matéria-prima em um item a pronto uso demanda de várias etapas, dependendo do produto há um grande valor agregado investido, pois o mesmo bem passa por muitos procedimentos, seja de extração, feitiço, montagem, venda e revenda dependendo dos casos. Por muitos modos produtivos do setor secundário ainda são manuais, separados por etapas produtivas e não sendo utilizado de maquinários avançados como em países considerados como desenvolvidos.

E o terceiro setor da economia se trata da parte de prestadores de serviços da economia, “o setor terciário (ou de serviços em geral) se refere a todas as demais atividades econômicas que se caracterizam por não produzirem bens materiais e sim prestarem serviços” (ALMEIDA; SILVA; ANGELO. p. 150; 2013). Este se trata de um setor que tem uma relação direta com os indivíduos integrantes do primeiro e segundo setor, pois o setor de serviços existe para atender uma certa demanda dos indivíduos, como por exemplo serviços de software para empresas, instalações, prestadoras de serviços dos mais variados tipos, o que se dá a partir do pressuposto de se ter uma demanda suficiente para se estabelecer um mercado no local. Por este motivo, municípios pequenos são mais carentes de serviços mais elaborados, ou por o possuírem, mas de forma deficitária, não sendo algo de qualidade ou satisfatório, quiçá quando o possuem na região.

2.4.2 Indicadores Sociais

Os indicadores sociais podem ser analisados tanto em agrupamento quanto como fatores isolados, estabelecendo dessa forma, uma avaliação mais abrangente do quesito específico a ser verificado. Ao ser feito uma análise de uma amostra da sociedade, uma grande quantidade de fatores podem ser empregados como fonte de avaliação do desenvolvimento, ampliando a compreensão sobre a complexidade desse fenômeno. Dessa forma, é possível verificar que a saúde emerge como um dos fatores de grande relevância, e muito utilizado em análises sociais, dada a sua influência direta no bem-estar individual e coletivo. A abordagem integrada de indicadores sociais, que considera aspectos como educação, concentração e/ou distribuição de renda e condições de vida, proporciona uma perspectiva mais completa e concisa do estado de desenvolvimento de uma sociedade, permitindo uma análise mais confiável.

No Brasil, o foco e relevância dada ao assunto foi trazida recentemente, pois segundo Silva e Fracolli

A proposta da vigilância da saúde emergiu, no Brasil, do processo da Reforma Sanitária da década de 1970 e do ideário que motivou a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos de 1980, que passou a apontar uma nova forma de interpretar a saúde e a doença que buscava transcender a multicausalidade e promover a articulação entre processo saúde-doença e seus determinantes e condicionantes, buscando o entendimento da saúde-doença, como um processo determinado pelos processos de produção e reprodução social (SILVA e FRANCOLLI. p. 169, 2009).

Visto ser um assunto relativamente novo relevado em órgão de intervenção, os órgãos públicos atuam de forma mais efetiva nos ramos da saúde. Indicadores como o IDH apresentam relevância na avaliação de como a saúde está nas regiões e municípios, influenciando na sua pontuação de forma acentuada.

Há o índice IDMS (Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses), o qual se trata de uma ferramenta governamental, utilizando de várias esferas sociais, econômicas, saúde e entre outros, a fim de tentar mensurar como está a questão do desenvolvimento nos municípios catarinenses. Atualmente este índice é apresentado pela FECAM (Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina), que tem como objetivo, conforme o site da FECAM informa que ela “[...] atua para fortalecer as associações, consórcios e municípios catarinenses, com respeito a opiniões diversas e com muito diálogo, e

para colocar a bandeira do municipalismo no lugar de merecido destaque e mérito” (FECAM, 2023).

O IDMS contabiliza em seu cálculo aspectos relevantes em uma análise municipal, pois

[...] é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional (FECAM, 2020).

A taxa de fecundidade também é relevante no quesito social e de saúde no local estudado. Pode-se verificar em linha histórica como a quantidade de filhos foi mudando conforme o passar do tempo, e como isso alterou o modo de vida. Pois em tempos passados, tinha-se uma quantidade maior de filhos, o que era propício em condições onde a região é de maioria populacional rural, o que era visto como auxílio nas atividades rurais mais filhos para trabalhar em casa.

É notável também que há uma relação demasiadamente grande entre a educação e renda da população com sua taxa de fecundidade, pois conforme Berqhó e Cavenaghi informam

No Brasil, assim como em outros países, com a fecundidade em transição, a educação e a renda estão negativamente correlacionadas com o nível de fecundidade e, apesar de certa tendência de convergência entre os grupos socioeconômicos, os níveis de fecundidade ainda mantêm um diferencial bastante elevado entre as mulheres pertencentes a categorias extremas destes grupos. O Censo de 2010 mostrou que a fecundidade atingiu seu menor valor, com média de 1,9 filho por mulher, patamar abaixo daquele necessário à reposição populacional no longo prazo (BERQHÓ e CAVENAGHI, 2014, p. 67).

Não obstante somente aos fatores de educação e renda, a saúde está diretamente ligada, pois conforme Berqhó e Cavenaghi (2014) também informa, o alcance maior atual de métodos contraceptivos e o acesso possibilitado às mulheres aos mesmos, permite que seja de melhor qualidade a prevenção a uma gravidez indesejada ou não planejada.

2.4.3 Indicadores Ambientais

Segundo a CMMDA (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), órgão pertencente à ONU, o desenvolvimento sustentável deve ser interpretado como

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (IPIRANGA, et al, Apud, 2011).

Engloba-se nesse caso, o conceito também de ESG, sigla em inglês que significa “environmental, social and governance”, o que em português se traduz em “ambiental, social e governança”. Essas 3 esferas tem sido muito utilizadas nos últimos anos, tendo em vista sua utilização em empresas as quais utilizam de ESG como uma forma de produzir de forma mais consciente, visando melhor a visibilidade da empresa, com o embasamento de exercer harmonicamente as 3 esferas pertencentes a ESG.

Também pode-se considerar o índice IDSC (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades), este desempenha um papel de medidor em relação “As cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento de todos os 17 ODS. A pontuação varia de zero a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES-BRASIL, 2023). Ou seja, conforme o desempenho de cada município em alcançar de forma mais eficiente possível as metas estabelecidas na Agenda de 2030, maior será a sua pontuação no ranking. Trata-se de um índice interessante quando se pensa em desenvolvimento, pois os 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) trazem para a sociedade em que os aplica conceitos qualitativos nas esferas ambientais, sociais e econômicas.

Segundo a PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2023), as ODS são: 1. erradicar a pobreza; 2. fome zero e agricultura sustentável; 3 saúde e bem-estar; 4. educação de qualidade; 5. igualdade de gênero; 6. água potável e saneamento; 7. energia limpa e acessível; 8. trabalho decente e crescimento econômico; 9. indústria, inovação e infraestrutura; 10. redução das

desigualdades; 11. cidades e comunidades sustentáveis; 12. consumo e produção responsáveis; 13. ação contra a mudança global do clima; 14. vida na água; 15. vida terrestre; 16. paz, justiça e instituições eficazes; 17. parcerias e meios de implementação.

Além dos vários fatores que constituem e englobam o desenvolvimento, a esfera ambiental também deve ser considerada como um aspecto importante deste processo. Este aspecto refere-se à atenção e cuidado com o ambiente natural e seus recursos, convivendo em harmonia com a flora e a fauna do entorno.

O desenvolvimento sustentável visa equilibrar as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras e é, portanto, uma prioridade neste sentido, pois sem a devida preservação e recuperação, resultantes como o aquecimento global, causado por

Fatores internos são complexos e estão associados a sistemas climáticos caóticos não lineares, isto é, inconstantes, devido a variáveis como a atividade solar, a composição físico-química atmosférica, o tectonismo e o vulcanismo (SILVA e PAULA, 2009, p. 43).

Investir na proteção da biodiversidade, na gestão responsável dos recursos naturais e na redução do impacto das atividades humanas no ambiente. Desta forma, o progresso econômico e social deve ser integrado com práticas sustentáveis, promovendo uma certa união entre o progresso humano e a proteção ambiental.

Para realizar uma mensuração dos danos causados ao meio ambiente pela espécie humana, foi utilizado um planejamento governamental para fazer a fiscalização das áreas ainda existentes de reservas ambientais. Nesse quesito são utilizados para mensurar

A taxa anual de desmatamento PRODES tem sido usada como indicador para a proposição de políticas públicas e para a avaliação da efetividade de suas implementações. Os dados espaciais do PRODES são utilizados em: (a) Certificação de cadeias produtivas do agronegócio como a Moratória da Soja e o Termo de Ajustamento de Conduta da Pecuária-TAC da Carne; (b) Acordos intergovernamentais como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21) e os Relatórios de Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e (c) Doações monetárias pelo Fundo Amazônia, que usam o PRODES como dado de referência à atividade de desmatamento na Amazônia Legal (PRODES; 2023).

Uma ferramenta que atua de forma eficiente em relação a sua atuação, pois fiscaliza propriedades rurais e consegue verificar se as APP (Áreas de Preservação

Permanente), áreas de nascente e reservas legais estão sendo conservadas e utilizadas somente as áreas de cultivo das quais podem ser utilizadas para o financiamento de lavouras e investimentos produtivos aos quais utilizam de recursos financeiros oriundos de repasses governamentais como linhas de crédito governamental PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) ou financiamentos diretamente realizados pelo banco BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O BNDES possui 71 anos, o qual foi “fundado em 20 de junho de 1952, uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira” (BNDES, 2023). Se tratando de crédito rural, o BNDES, segundo suas normativas e o que consta no MCR, necessita que a propriedade rural esteja com sua documentação em dia e não tenha nenhum embargo ambiental ou problema ambiental relacionado a depredação de fauna e flora, pois caso haja o recurso não é liberado.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa deste trabalho se dá a partir do método indutivo, visto ser o mais adequado para avaliar os dados aos quais serão utilizados, pois segundo Segundo Locke (1632-1704), grande praticante do método citado, em sua obra "Ensaio acerca do entendimento humano", "nada existe em nossa mente que não tenha sua origem nos sentidos". Ou seja, os conceitos precisam de análise a partir da observação dos dados socioeconômicos, informações da situação do objeto de estudo, as quais sugestionam e geram resultantes padronizadas, podendo assim propiciar uma conclusão com uma resultante oriunda de profunda veracidade.

A origem da palavra método advém do grego “Methodos”, que é composta pela palavra “meta” (por meio de, através de) e de “hodos” (caminho, via). Ou seja, oferecendo um caminho ao qual percorrer com o trabalho por intermédio da avaliação com base na observação dos fatores componentes da situação do local avaliado.

Além desse método, o trabalho também veio oriundo de pesquisa bibliográfica, ao qual segundo Guimarães "Os estudos de usuários são fundamentais à análise de domínio, pois permitem identificar necessidades informacionais em diferentes comunidades, possibilitando que um domínio seja organizado segundo preferências, comportamentos ou modelos mentais de seus usuários" (GONÇALVES, 2016, p. 17). Visto a necessidade da pesquisa bibliográfica em fontes verossímeis, e também sendo de suma importância a fundamentação do trabalho embasado visto ser uma perspectiva de análise confiável e firme à fatos.

Para complementar de forma eficiente a pesquisa, utilizou da filtragem de dados e informações pela abordagem qualitativa e dados que fazem a mensuração quantitativa também, sendo de suma importância para se obter com precisão as informações úteis para a temática trabalhada e não deixar que dados essenciais sejam desperdiçados. Visando assertividade no método utilizado, autores como Creswell afirmam que "como o tear em que o tecido é produzido, os pressupostos gerais e as estruturas interpretativas sustentam a pesquisa qualitativa" (CRESWEELL, 2014, p. 48).

E como forma de embasar os estudos a serem realizados, será utilizado a técnica de coleta de dados com base em fonte primária, utilizando de fontes de dados como RAIS, MTE e CAGED, e secundária, em sequências documentais, tanto de pesquisa em decorrer do tempo, como os documentos aos quais demonstram a situação atual do município de Santa Terezinha. Segundo Lakatos e Markoni (2002), há várias fontes documentais, tanto em vias de informação de esfera pública quanto na privada, sejam sites governamentais, bases de arquivos históricos, trabalhos acadêmicos ou até mesmo diretamente estudos de caso, além dos dados estatísticos que trazem certa mensuração dependendo do cunho estudado.

4 QUALIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

Além do aspecto histórico, questões relacionadas ao desempenho setorial econômico nas 3 esferas, primário, secundário e terciário. Como a população tem se relacionado com os 3 setores da economia. Como o desempenho do setor agrícola familiar tem se comportado no período estudado, com relação também ao possível abandono de parte dessa população, proporcionado pelo êxodo rural. A distribuição

de renda em relação ao setor secundário e terciário, onde há maior empregabilidade e se a maior renda média pertence ao maior percentual de trabalhadores, também se dá em relação ao estudo municipal levantado.

4.1 DA COLONIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Na contextualização da formação histórica dos municípios que formam o Alto Vale do Itajaí, Santa Terezinha integra uma das cinco frentes de povoamento e posterior desmembramentos identificados por Vargas (2018, p.106). O antigo Distrito de Santa Terezinha, possuía vínculos administrativos com o município de Itaiópolis.

A antiga Colônia Lucena foi fundada em meados de 1890 pelo governo Federal. Os primeiros colonos chegaram em 1891. Em 1895 a administração da Colônia foi repassada para o Estado do Paraná. Sob a administração paranaense novas famílias foram encaminhadas para a Colônia, entre elas descendentes de russos e poloneses. Em 1909 foi elevado a município, ainda na jurisdição do Paraná. Em 1917, em função do acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, o município foi suprimido e no mesmo ano criado o município de Mafra. Itaiópolis passou a ser distrito de Mafra, sendo logo em seguida emancipado novamente. Na divisão territorial de 1950, o município de Itaiópolis é constituído de 3 distritos: Itaiópolis, Iraputã e Itaió. Em 1978, foi criado o distrito de Santa Terezinha, desmembrado do distrito de Itaió e anexado ao município de Itaiópolis (Vargas 2018, p.106).

A colonização no município de Santa Terezinha iniciou a partir de 1930. Tratavam-se de colonos que migraram de Paraguaçu, descendentes de ucranianos e poloneses, sendo as famílias de Tadeus e Brunislau Blonkowski, Francisco e Simão Kohut, João Alka, Vicente Pavlak e Ladislau Rogaleski os primeiros a chegar no território. Santa Terezinha foi, primeiramente chamada de Pinguela Lisa, devido a presença de um pequeno riacho existente no município com uma ponte improvisada (IBGE, 2023).

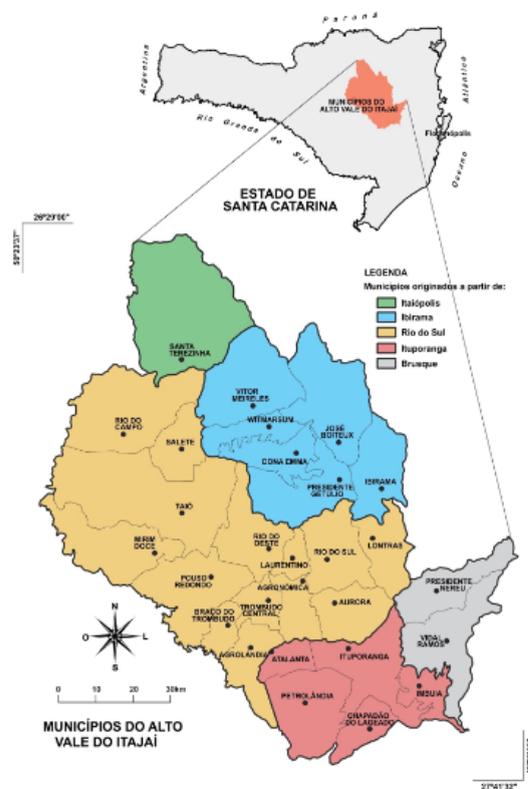
Diferente dos demais municípios do Alto Vale do Itajaí que foram colonizados principalmente por imigrantes italianos e alemães, em Santa Terezinha a presença de tradições polonesas e ucranianas marcam a diversidade e a particularidade de sua colonização.

A cidade se destaca culturalmente através das famílias de descendência ucraniana. A comunidade trabalha na agricultura e valoriza as tradições herdadas, preservando residências antigas, o resgate da culinária, da música, da dança e do artesanato típico. Na Igreja Ascensão de Nosso

Senhor, as missas e celebrações são realizadas no idioma ucraniano (AMAVI 2023).

As primeiras famílias que colonizaram o antigo distrito, entenderam que um outro nome seria mais apropriado e passaram a identificar o local como comunidade de Santa Terezinha. “Em 1978, tornou-se distrito de Itaiópolis com a denominação de Santa Terezinha. Emancipou-se em, 26 de setembro de 1991, desmembrando-se de Itaiópolis” (VARGAS 2018, p.106).

Figura 1 - Localização do município de Santa Terezinha.



Fonte: Vargas, 2023

Na desvinculação com Itaiópolis, Santa Terezinha ficou com uma grande extensão territorial, a qual foi utilizada em sua maioria para a agricultura familiar, como perdura até hoje em sua economia municipal. A vasta extensão de mata nativa e as condições favoráveis à extração do pinheiro araucária no começo de sua colonização, permitiu o uso da madeira para comércio, para a construção das casas e a utilização das terras para agricultura e pecuária.

A respeito da colonização é relevante destacar que, assim como em grande parte do território catarinense, a chegada dos colonizadores impôs inicialmente a

disputa pela terra com a população indígena. A chegada dos imigrantes enfraqueceu a presença dos povos originários e o processo de colonização.

Os primeiros imigrantes instalaram-se no final do século XIX e início do século XX e enfrentaram não só os obstáculos oferecidos pelos nativos, com quem travaram conflitos sangrentos, mas também encontraram dificuldades para instalar seus núcleos em meio à mata. Com o passar do tempo os índios partiram para outras terras, permitindo a instalação definitiva dos colonizadores (AMAVI 2023).

4.2 DESEMPENHO ECONÔMICO SETORIAL

As atividades produtivas podem ser classificadas como sendo integrantes dos setores primário, secundário e terciário de acordo com a proposição de Colin Clark¹. O setor primário reúne as atividades agropecuárias e extrativistas. O setor secundário engloba a produção de bens físicos a partir da transformação de matérias-primas, engloba também o trabalho humano e as máquinas e ferramentas. O setor terciário abrange os serviços como as atividades de comércio e administração pública.

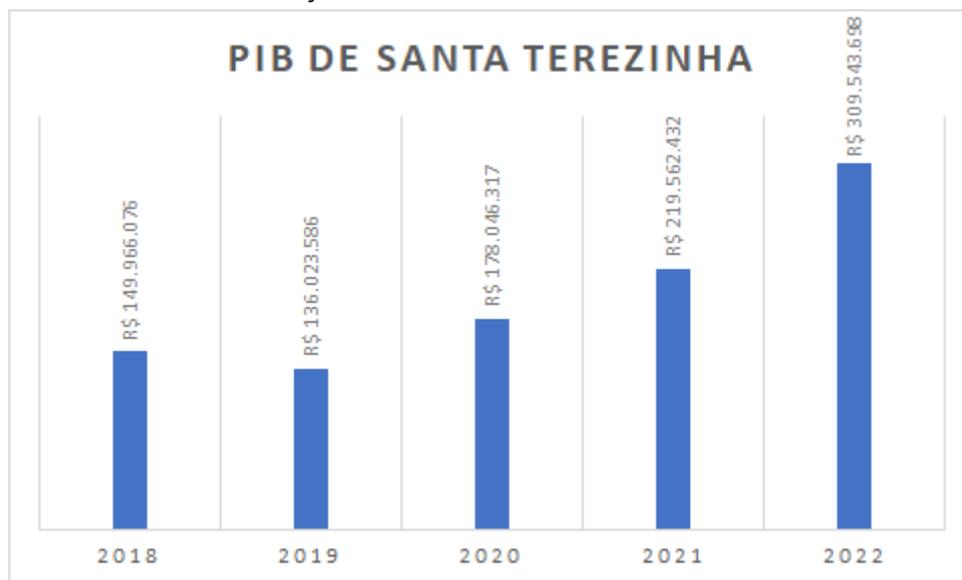
[...] A importância relativa de cada um desses setores no produto total da economia de um país é bastante variável e determina o grau de desenvolvimento econômico de uma nação. Nas economias subdesenvolvidas, predominam as atividades primárias e é precário o desenvolvimento dos setores secundário e de serviços, mais presentes nos países desenvolvidos. (Dicionário de economia 1999, p. 555)

A classificação das atividades econômicas de um país, região ou município permite analisar parte de seu desenvolvimento. Apesar de não ser o único fator para para análise de desenvolvimento do local, o PIB municipal não pode ser desconsiderado, pois a geração de produto de um município influencia no seu desenvolvimento. Sobre o Produto Interno Bruto pode-se afirmar que:

¹ Economista australiano, destacou-se, a partir de 1940, por demonstrar, usando dados estatísticos, os efeitos do progresso técnico sobre a evolução econômica. Sobre o assunto, escreveu *The Conditions of Economic Progress* (As Condições do Progresso Econômico), 1940, e *The Economics of 1960* (A Economia de 1960), 1942. Colin Clark parte de estudos sobre a renda nacional para relacionar os graus de evolução dos países e a produtividade do trabalho. Nesses estudos, reintroduziu uma distinção já esboçada pelos demógrafos do século XVIII: a divisão das atividades em setores primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços). Essa distinção generalizou-se também por expressar o desenvolvimento das sociedades industrializadas, da terra à fábrica, da fábrica ao escritório (DICIONÁRIO DE ECONOMIA, 1999, p. 100)

Diferentes indicadores podem ser empregados para avaliar o desempenho de uma economia ao longo de um período qualquer: números relativos à expansão das rodovias, taxas de inflação, déficits orçamentário e comercial, número de empregos oferecidos pelo setor industrial, etc. Entretanto, o mais abrangente desses indicadores é, sem dúvida, o Produto Interno Bruto. O PIB refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país (ARAGÃO, 2015, p.80).

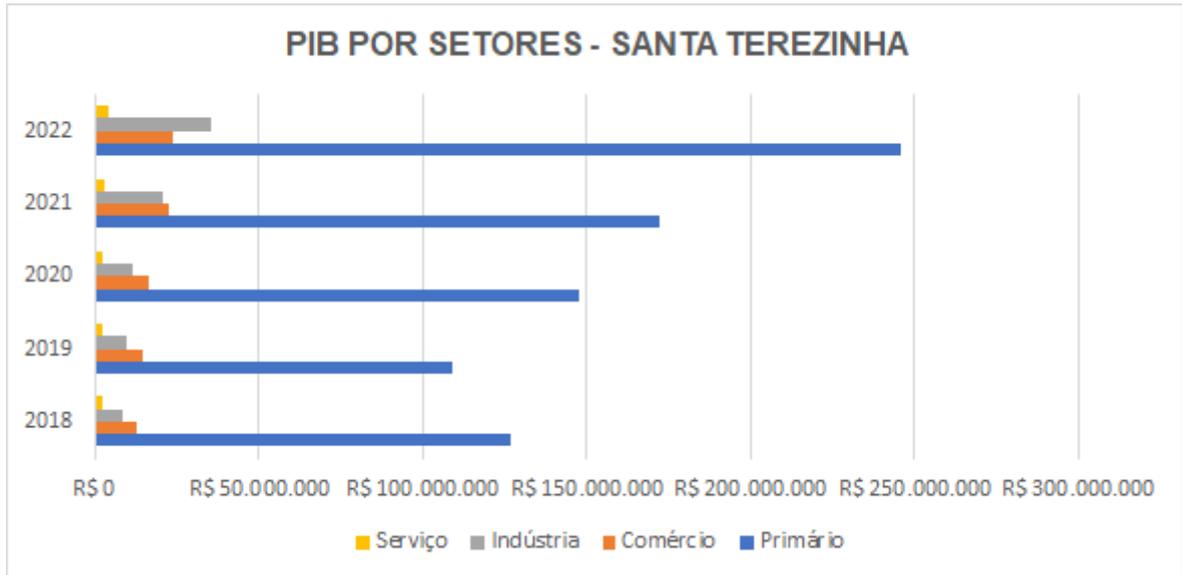
Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto de Santa Terezinha



Fonte: Adaptado de Amavi, 2023

Em relação ao PIB, conforme demonstra o gráfico 1 Santa Terezinha apresentou um considerável e progressivo crescimento em seu valor desde 2019, ocorrendo entre 2018 e 2019 uma queda, e após este período uma progressiva elevação em seu PIB. Por Santa Terezinha possuir como principal cultura o fumo em relação à produção familiar, além de culturas como milho e soja, o valor agregado do fumo é maior que a maioria das outras culturas produzidas, pois até então sua produção exige de muita mão de obra e é pouco mecanizada.

Gráfico 2 - Evolução do Produto Interno Bruto por setores da economia no município de Santa Terezinha



Fonte: Adaptado de Amavi, 2023

Em relação ao desempenho dos setores, conforme demonstra o gráfico 2, Santa Terezinha apresentou uma diferença grande em relação aos setores da economia, tendo em vista ser um município que tem como principal fonte de renda da população a agricultura familiar, com as culturas de fumo (principalmente), milho e soja.

Por se tratar de um município com grande extensão territorial e por possuir relativamente pouca industrialização e pouca oferta de serviços terciários, a agricultura se torna propícia para utilizar de toda a terra disponível para se cultivar, e como se trata de um município distante de polos industriais maiores como Taió, as pessoas que decidem não viver da agricultura e não acham as ofertas de empregabilidades interessantes no município o deixam em procura de outras oportunidades.

4.2.1 Desempenho do setor primário

Segundo Almeida, Silva e Angelo “o setor primário abrange a agricultura em sentido restrito (isto é, a lavoura), a pecuária, a caça, a pesca, bem como a extração de minerais e de madeira, ou seja, todas as atividades de exploração direta dos recursos naturais de origem vegetal, animal e mineral, não implicando em uma

agregação de valor via industrialização” (ALMEIDA; SILVA; ANGELO 2013, p. 149-150).

O setor primário não é sinônimo de agronegócio. De acordo com Almeida, Silva e Angelo (2013) o agronegócio não se enquadra apenas como setor primário, pois sua forma de produção em massa utiliza tanto de implementos agrícolas avançados e produtos químicos tecnológicos, como pesticidas, herbicidas e fertilizantes, fugindo do conceito de produção com a utilização quase que totalmente da força humana. O valor adicionado corresponde ao valor acrescido ao valor dos bens intermediários em cada etapa da produção, ou seja, da cadeia produtiva. Dessa forma, representa o quanto cada etapa da produção criou de valor novo.

Na prática, a dupla contagem é evitada quando trabalhado com o valor adicionado. Em cada estágio de produção de um determinado bem, apenas o valor correspondente ao que cada empresa agregou a esse bem nesse estágio é considerado, de tal modo que, se esse processo for seguido até o fim, a soma dos valores adicionados a cada estágio de produção será igual ao valor do PIB de um país.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos Agropecuários, Área dos Estabelecimentos Agropecuários, Percentual da área em relação à área total

Município	Ano	Número de estabelecimentos rurais	Área (hec)	Área Total (hec)	% total
Santa Terezinha	2006	2.070	46.973	71.555,10	65,65%
	2017	2.198	49.290	71.555,10	68,88%

Fonte: IBGE, 2023.

Em relação número de estabelecimentos Agropecuários, Área dos Estabelecimentos Agropecuários, Percentual da área em relação à área total houve um aumento em percentual de 3,23% da área utilizada de 2006 para 2017, mas com um crescimento no número de estabelecimentos dos mesmos períodos de 128. Isso demonstra uma divisão nas antigas propriedades rurais, tendo em vista que o aumento em área não ocorreu de forma tão presente pois as leis ambientais restringem o desmatamento para utilização caso a área corresponda a 20% da área da propriedade, caso seja beira de rio, fonte de afluentes ou Área de Preservação Permanente, sendo as áreas utilizadas atualmente legalizadas, em trâmite de

legalização ou embargadas judicialmente, como é o caso da região conhecida no município como Parolim, a qual está em processo judicial ainda.

Em relação ao aumento de propriedades, no ano de 2006 em Santa Terezinha ainda haviam mais propriedades com maior extensão de terras, as quais foram divididas, muitas vezes pela venda de parte da extensão da propriedades ou em processos de herança na qual os filhos resolvem dividir a propriedade de seus pais para utilizar da atividade agrícola.

Comparativo dos cinco principais produtos da lavoura temporária 2006-2017

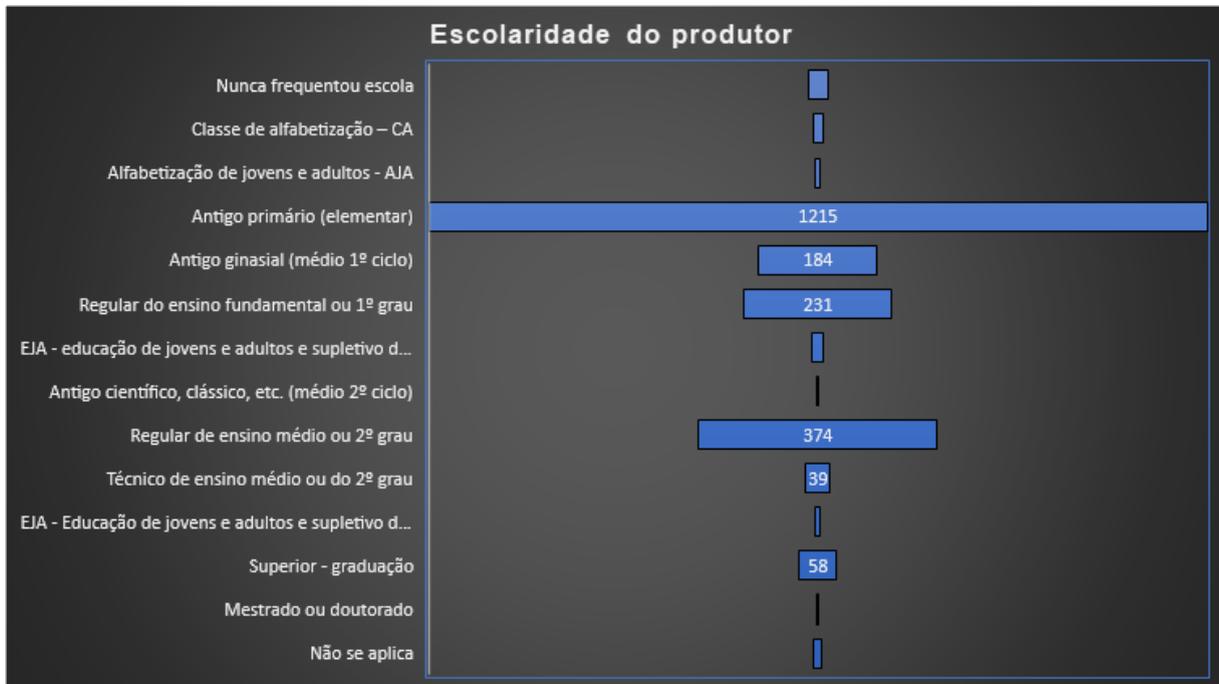
2006			
	Produtos	Qtidade (ton)	Valor da produção
1º	Milho	14.827	4.007
2º	Fumo	9.020	31.354
3º	Milho forrageiro	6.306	931
4º	Soja	2.144	963
5º	Feijão	482	368
2017			
	Produtos	Qtidade (ton)	Valor da produção
1º	Fumo	7.500	60.000
2º	Soja	12.000	15.600
3º	Grão	12.000	8160
4º	Feijão	165	440
5º	Batata-doce	137	151

Fonte: IBGE, 2023.

No comparativo dos cinco principais produtos da lavoura temporária 2006-2017 observa-se que em 2006 o principal produto produzido em Santa Terezinha era milho em grão, totalizando 14.827 toneladas. Já em 2017 o produto era fumo e a quantidade era 7.500 toneladas. A fumicultura está inclusa em uma ampla cadeia produtiva integrada, não se limitando apenas a colheita, pois necessita de um maior trabalho, sendo necessária a secagem em aparelhos de estufa, além do enfardamento do produto após seco para assim realizar a venda do produto. Por ser de maior trabalho para sua comercialização no âmbito familiar e ter maior valor agregado, sua venda ocorre com valores mais elevados do que em relação aos outros produtos, pois como demonstra a tabela acima, a soja em 2017 teve maior produção do que o fumo, mas o seu valor foi menor, justamente pelo valor agregado

que o fumo possui graças a sua demanda maior de serviços e processos para a produção.

Gráfico 3 - Escolaridade do produtor rural no município de Santa Terezinha - 2017



Fonte: IBGE, 2023.

Em relação ao grau de escolaridade do produtor rural no município de Santa Terezinha de acordo com os dados do censo agropecuário de 2017, o gráfico 03 demonstra que a grande maioria populacional estudada em Santa Terezinha possui ensino até o antigo primário com 1.215. Como se trata de uma população de base rural e que está sofrendo com o processo de envelhecimento, boa parte da população que ainda reside em Santa Terezinha são agricultores mais antigos que só tiveram acesso até esse nível educacional, pois o ensino médio ou graduação se tornava de muito difícil acesso pela distância das residências até o centro de ensino.

Também ocorre que, pelo fato de se ter pouco acesso ao ensino superior, além do nível de evasão escolar ser relativamente maior no município quando o jovem ingressa no ensino médio e em certos casos deixa os estudos para auxiliar em casa nos trabalhos rurais, o ensino médio em comparação com antigo primário ainda é menor no ano de 2017, pois conforme supracitado, o envelhecimento da população, o êxodo rural para os indivíduos aos quais buscam ensino superior, que não desejam continuar o segmento de agricultura familiar de seus pais ou os que

deixaram Santa Terezinha em busca de outras oportunidades de emprego deixam de fazer parte da contagem municipal, diminuindo seus índices educacionais.

Nos últimos anos, mesmo na agricultura familiar, nota-se o uso muito maior de maquinário agrícola se comparar o ano de 2006 ao período de 2017, isso é visivelmente notável pela facilidade com que agrotóxicos, pesticidas, adubos, tratores, implementos agrícolas e até colheitadeiras em certos casos de produção aumentaram sua frequência de forma significativa, o que significa uma menor necessidade de mão de obra em contrapartida do aumento da mecanização agrícola.

Quando se trata em preparo de solo ou cultivo de grãos, o maquinário serve de grande valia para os agricultores, pois atualmente, culturas como soja e milho são em quase todas as suas etapas produtivas, semeadura, manejo com pesticidas e herbicidas, adubação e colheita, são feitas de forma mecanizada. Já se tratando da cultura do fumo, o uso de mão de obra humana ainda se torna muito presente, pois a mecanização nessa cultura ainda não foi disseminada, além de ser com alto custo e muda a forma de como é produzida atualmente, não sendo utilizada ainda em Santa Terezinha. Sendo assim, os implementos e maquinários agrícolas na cultura de fumo atuam mais na preparação do solo para plantio e no transporte das folhas colhidas até a estufa para secagem.

Tabela 3 - Quantidade de maquinário agrícola utilizado nos estabelecimentos rurais.

Tratores, implementos e máquinas	unidades
Tratores	1.582
Semeadeiras/plantadeiras	228
Colheitadeiras	85
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	84

Fonte: IBGE, 2023.

Em Santa Terezinha também há a presença de cooperativas de agricultura familiar na qual fornecem alimentos principalmente para as licitações municipais para abastecimento alimentar das escolas municipais. A atuante no município é a COOPERFAVI (Cooperativa da Agricultura Familiar do Alto Vale do Itajaí). Conforme visto no portal da transparência do município de Santa Terezinha, a Cooperativa ganhou todos os itens da licitação do ano de 2023 destinada a produtos adquiridos pela agricultura familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, 2023).

Por possuir sua sede no município de Dona Emma/SC, mas com boa parte dos agricultores que fazem parte da cooperativa em Santa Terezinha, também por ser a mais próxima da região, ela atende toda a necessidade municipal com produtos vindo diretamente dos agricultores que fazem o cultivo de produtos sem agrotóxicos de frutas, verduras e legumes. Apesar de participarem efetivamente nas licitações municipais, a quantia de agricultores que participam da Cooperativa é relativamente pequeno em relação ao montante que trabalha nas culturas de fumo e grãos, pelos motivos de não ter uma demanda maior do que a que já existe para as escolas de Santa Terezinha, e por outros tipos de comercialização, como por exemplo feiras livres municipais não ocorrerem para uma maior comercialização desses produtos.

4.2.2 Desempenho do setor secundário

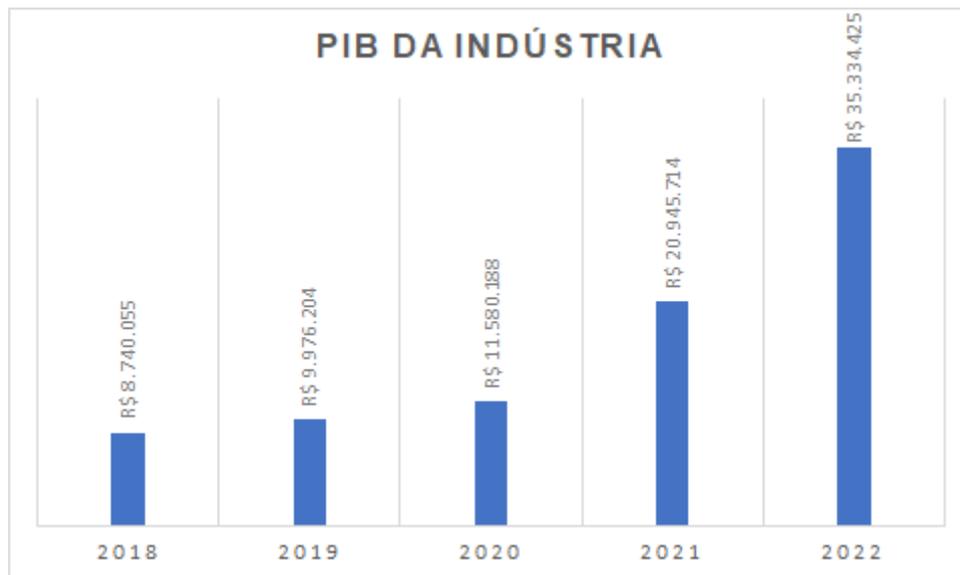
No segundo setor da economia se enquadra a parte de industrialização da economia, como informam Almeida, Silva e Angelo

O setor secundário (ou indústria em geral) compreende todas as atividades de transformação de bens e divide-se em três subsetores: a indústria da construção civil, a indústria de serviços públicos (geração e distribuição de energia elétrica, beneficiamento e distribuição de água à população, produção e distribuição de gás encanado) e a indústria manufatureira, inclusive a relacionada ao agronegócio como, por exemplo: as fábricas de papel e celulose, os frigoríficos, entre outras. O setor terciário (ou de serviços em geral) se refere a todas as demais atividades econômicas que se caracterizam por não produzirem bens materiais e sim prestarem serviços (ALMEIDA; SILVA; ANGELO 2013, p. 150).

Sendo assim, o setor que concentra uma grande parcela dos empregos em uma sociedade, pois realiza a transformação de matéria-prima, envolvendo várias etapas e dependendo do produto há um grande valor agregado. Por ainda haver muitos modos produtivos do setor secundário que ainda são manuais, separados por etapas produtivas e não sendo utilizado de maquinários avançados como em países considerados como desenvolvidos, utiliza-se de muita mão de obra humana nesses casos.

A industrialização como motor do desenvolvimento foi amplamente difundida no governo Kubitschek, que atrelou o fenômeno ao aumento da renda e da taxa de crescimento. Ao priorizar questões que envolviam a taxa de investimentos, financiamento externo e a poupança interna, a teoria menosprezava questões relacionadas “[...] à distribuição da renda, concentração regional da atividade econômica, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento”, (DICIONÁRIO DE ECONOMIA, 1999, p. 169) opondo-se portanto a escola estruturalista originária da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que entende o desenvolvimento como um processo de mudança estrutural global.

Gráfico 4 - Evolução do Produto Interno Bruto do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha



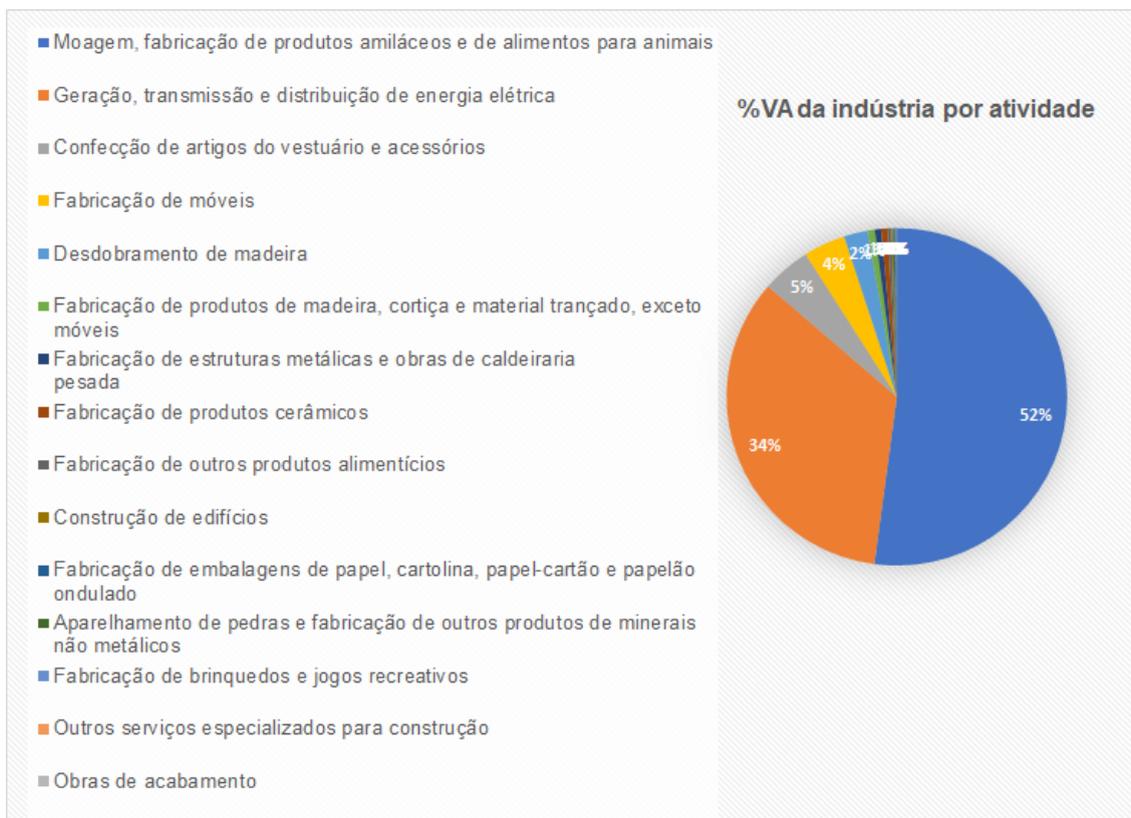
Fonte: Adaptado de Amavi, 2023

Em relação a evolução da evolução do Produto Interno Bruto do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha o gráfico 04 demonstra que ocorreu uma elevação para o período de 2018 até 2022. Havendo sempre um crescimento em relação ao ano anterior durante todo o período estudado. O setor industrial, por ser um dos mais importantes na economia, tendo em vista utilizar da transformação de materiais em novos produtos e necessitar de uma maior quantia de mão de obra, dependendo ao qual nicho a indústria em questão faz parte.

Ainda, conforme os dados do gráfico 05 as atividades com maior contribuição ao valor adicionado da indústria municipal são o setor têxtil e o de alimentos, ambos

integrantes do setor secundário da economia de Santa Terezinha e que possuem maior volume de produção, também de funcionários envolvidos no processo industrial e renda total, até por se demandar maior quantidade de funcionários, em foco nesse caso para o ramo têxtil.

Gráfico 5 - Percentual do valor adicionado do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha - 2021



Fonte: SEF SC, 2021

Tabela 4 - Valor Adicionado por atividade do setor secundário da economia no município de Santa Terezinha - 2021

ATIVIDADE	VALOR
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	10.944.701,00
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	7.193.733,00
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	975.131,00
Fabricação de móveis	834.982,00
Desdobramento de madeira	474.079,00
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	141.803,00
Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada	128.373,00
Fabricação de produtos cerâmicos	126.026,00

Fabricação de outros produtos alimentícios	65.774,00
Construção de edifícios	36.559,00
Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado	34.378,00

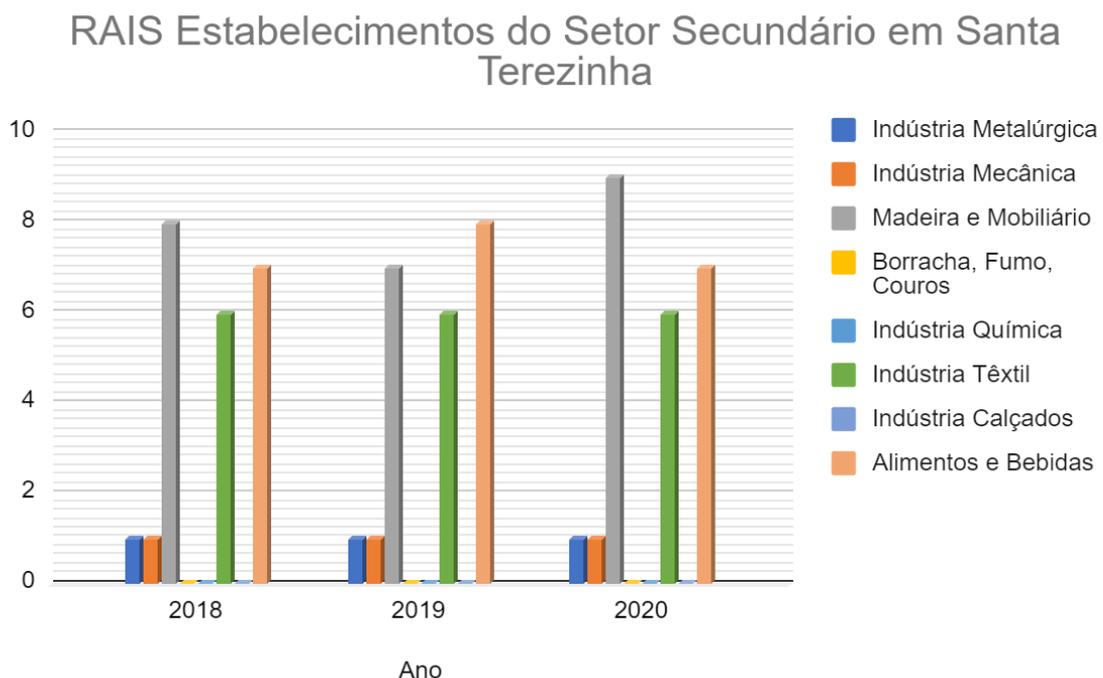
Fonte: SEF SC, 2021

Com relação ao valor agregado do setor secundário de Santa Terezinha, destacam-se o setor responsável pela produção de rações animais, a qual gerou um VA (Valor Agregado) de R\$ 10.944.701,00 no ano de 2021, seguido posteriormente da parte responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica municipal, com R\$ 7.193.733,00.

A produção de ração se dá pela instalação de silos de grãos de empresas que fazem a compra do grão dos agricultores e realiza a transformação do grão em ração bovina, suína ou para aves.

Já no setor de energia elétrica, esta é fornecida pela empresa Celesc em sua maioria, sendo a empresa estatal responsável pela região para fornecimento de energia elétrica nos estabelecimentos municipais. Como há uma forte demanda de reparos pelos danos causados a rede elétrica todo ano devido aos temporais e rajadas de ventos que ocorrem, além da instalação em novos pontos do município, pois ainda há um certo percentual de pessoas que não possuem energia elétrica em casa.

Gráfico 6 - Estabelecimentos do setor secundário em Santa Terezinha



Fonte: RAIS/MTE 2023

Pode-se iniciar pela análise de Santa Terezinha, município no qual é majoritariamente agrícola, ou seja, sendo mais atuante no setor primário. Sua extensão é de 715.253 km², isso sempre possibilitou um desenvolvimento forte para a agricultura e culturas de extração.

Entretanto, é facilmente explicado, pois a planta em si é considerada como tabaco, e o tratamento domiciliar da folha não passa por uma industrialização em si, mas sim um processo de secagem mais elaborado que a maioria das culturas. Já o fumo é o mesmo item, só que passado por um processo industrial, e como a planta é vendida em natura para as firmas fumageiras, que são instaladas em outros municípios, agregando valor industrial ao produto fora dos limites municipais de Santa Terezinha.

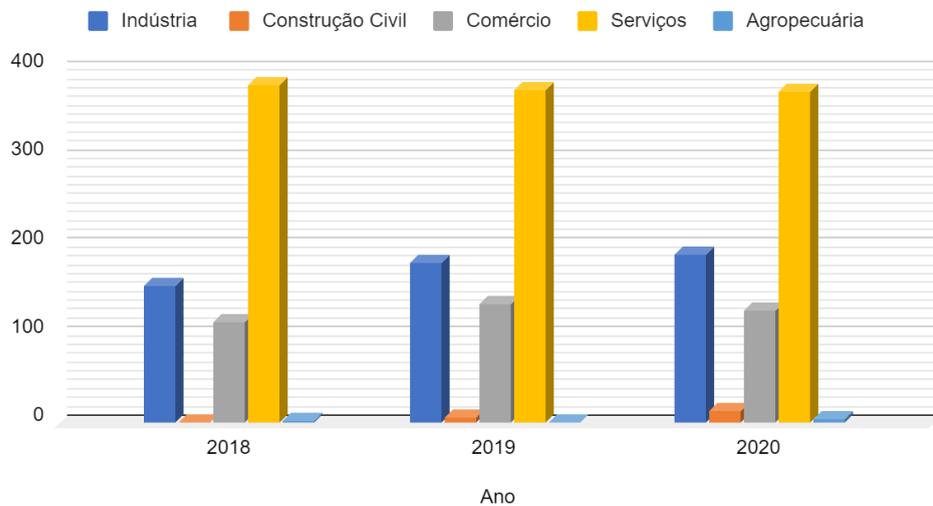
Pode-se notar também que a quantidade de estabelecimentos existentes em Santa Terezinha são relativamente baixos, tendo um número maior de estabelecimentos na cultura madeireira, sendo 9 em 2020. Isso se dá também pela sua extensão territorial, que possibilita além de suas culturas produzidas como fumo, milho e soja, a plantação de árvores com finalidade madeireira, já que além de marcenaria, servem para ser comercializadas para a queima, pois no processo de secagem do fumo existe a necessidade da queima da madeira nas estufas para a secagem da folha do fumo, tendo uma certa demanda pelo produto.

Há também em 2020 a existência de 7 indústrias de alimentos e bebidas, sendo indústrias mais comuns por serem para industrialização de gêneros alimentícios e por serem de fácil comercialização. além das 6 unidades de estabelecimentos de indústria têxtil, onde são mais comuns na região, onde geralmente gera empregabilidade maior ao público feminino em busca de uma renda.

Existe a falta de oferta de empregos com funcionalidades mais variadas do setor secundário em Santa Terezinha, o que, como visto nos dados populacionais, propícia de certa forma para a evasão populacional do município.

Gráfico 7 - Empregos por grande setor em Santa Terezinha

Número de Empregos por Grande Setor em Santa Terezinha

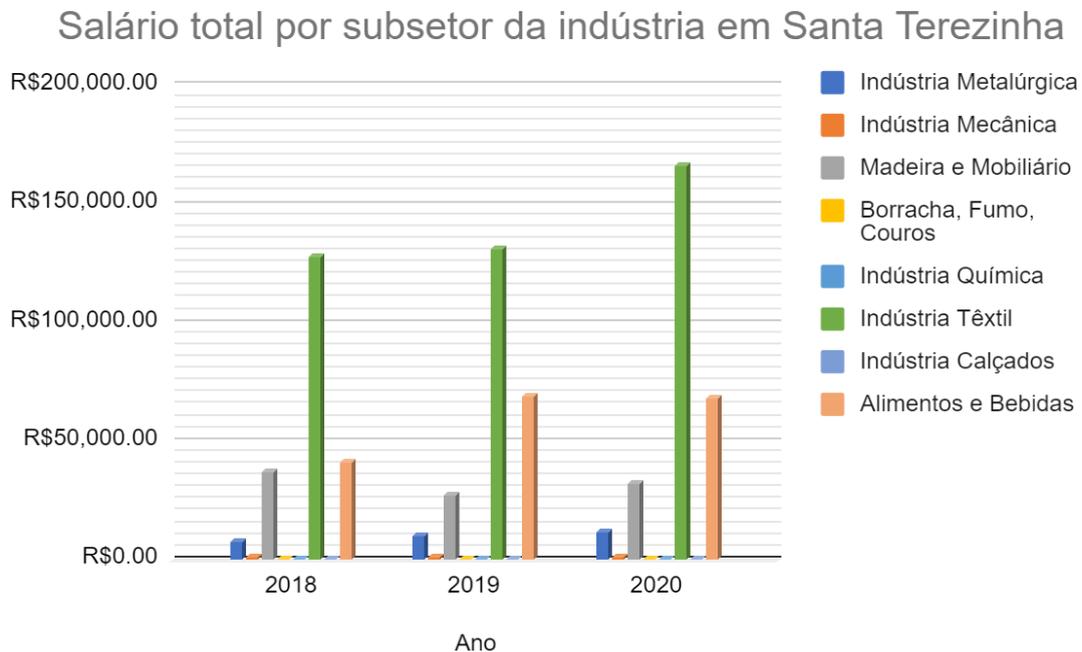


Fonte: RAIS/MTE 2023

Compreender de que forma se dá a concentração de trabalhadores em determinados setores da economia, é fundamental para que se consiga observar com mais abrangência como os setores daquela região estão dispostos na economia. Dessa forma, neste gráfico está evidenciando os dados do Número de Empregados por Grande Setor com dados de 2018, 2019 e 2020.

Quando analisado o município de Santa Terezinha observamos que o setor de serviços possui mais destaque, representando 52,67% do total. Entre as empresas com menor número, é observado a agropecuária e a construção civil. Isso demonstra de certa forma divergente da concepção numérica da agricultura ser a maior fonte de renda da economia municipal e possuir no ano de 2020 o montante de 5 empregos no setor. Essa certa contradição se dá pelo fato de que a maioria das contratações realizadas nos setores agrícolas de Santa Terezinha são de forma informal, não vinculando de forma direta, pois geralmente são contratações de poucos dias em período de safra, na qual exige maior demanda de mão de obra humana.

Também, a maioria das produções agrícolas em Santa Terezinha são de pequenas propriedades, sendo poucas as produções em larga escala, sendo assim, na maioria dos casos somente a mão de obra contida no ambiente familiar já supre o necessário para realizar suas atividades agrícolas.

Gráfico 8 - Salário total por subsetor da indústria em Santa Terezinha

Fonte: Fonte: RAIS/MTE 2023

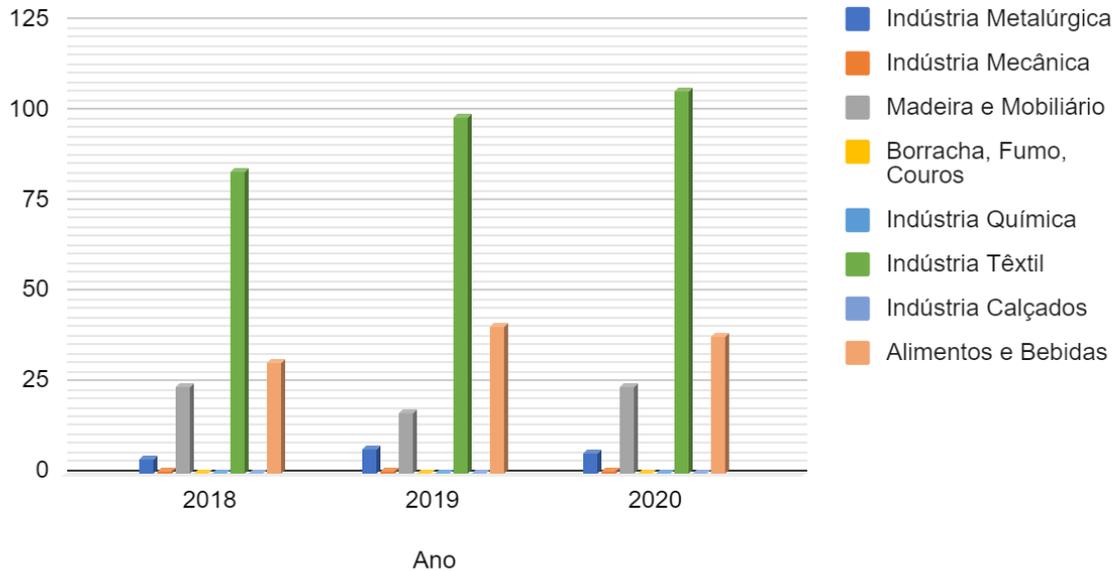
Tendo em vista os salários totais por subsetor industrial, pode-se ver que ao calcular o montante do município, Santa Terezinha possui um total de R\$ 279.905,90 no ano de 2020, onde a maior concentração de valor no setor industrial é no industrial têxtil, representando mais de 50% da renda salarial total nesta categoria.

Apesar de ser sua maior concentração de salário em relação aos outros ramos industriais, quando se analisa pela perspectiva comparativa aos demais ramos, pode-se ver que ainda é o têxtil o qual gera maior divisão de renda em relação ao setor secundário, pois proporcional a ser o setor com maior concentração de renda, também o qual mais gera empregos.

Conforme visto também, a falta de certa oferta de empregos em setores mais diversos neste setor também contabiliza para afetar o desenvolvimento municipal. Pode-se notar isso também ao verificar a falta de indústrias com exigência de processo produtivo mais elaborados, como por exemplo a indústria de calçados, além do setor industrial químico e o de borracha, couro e fumo.

Gráfico 9 - N° de Funcionários por subsetor da indústria em Santa Terezinha

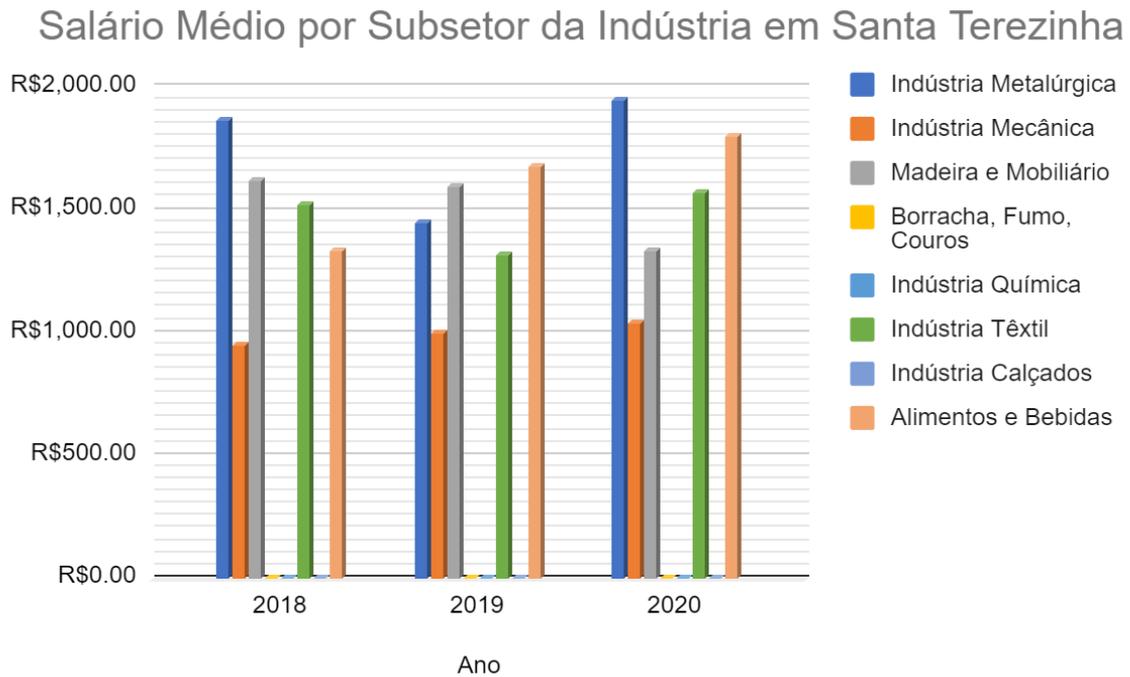
Nº de Funcionários por subsetor da indústria em Santa Terezinha



Fonte: RAIS/MTE 2023

Com relação a quantidade de funcionários deste subsetor, assim como no salário total, Santa Terezinha se encontra nos 3 anos estudados com uma quantidade de funcionários relativamente baixa. No ano de 2020 o seu montante de empregados do setor totalizava 105 funcionários, sendo, assim como no salário total, a maior concentração no industrial têxtil.

O ramo têxtil, por ainda ser uma forma de fabricação que exige de muita mão de obra humana. Além do têxtil, o ramo de alimentos e o madeireiro são os mais significativos em Santa Terezinha, tendo em 2020 a quantidade de 38 e 24 empregos, respectivamente. Há a presença de exploração madeireira, pela questão de ser um município com grande extensão territorial e que possibilita a cultura de madeiras, onde é notável a existência das madeiras em Santa Terezinha, tanto para a finalidade do feitiço de madeira para comercialização de tábuas e afins, como também a venda para queima no processo de secagem do fumo, onde há certa demanda dos agricultores que não possuem madeira para esta finalidade em sua propriedade ou que a sua plantação ainda não está em fase de corte.

Gráfico 10 - Salário médio por subsetor da indústria em Santa Terezinha

Fonte: RAIS/MTE 2023

Com base na tabela demonstrativa acima e nos gráficos 08, 09 e 10, podemos identificar que nos anos de 2018 e 2020 o setor com maior salário médio em Santa Terezinha foi o da indústria metalúrgica, sendo em 2020 o valor de R\$ 1.948,94. Mas, como no ano mencionado anteriormente, havia deste ramo industrial a quantia de 6 funcionários, acaba que a maior renda média de Santa Terezinha é pertencente a uma pequena quantia populacional.

Já em relação ao industrial têxtil de Santa Terezinha, no ano de 2020 foi onde obteve a sua maior média salarial, sendo o valor de R\$ 1.571,28. Em relação aos subsectores da indústria onde há funcionários em Santa Terezinha, o têxtil em valor médio e o 3º salário de menor valor, ou seja, a maior quantia da população empregada no ano de 2020 no município recebia uma renda relativamente baixa em comparação com seus outros subsectores.

Por ser o têxtil onde há maior empregabilidade em Santa Terezinha, mas por se tratar de um município relativamente pequeno quando se trata de força industrial, e por não se tratarem de empresas de porte exacerbado, as remunerações tendem a ser menores também.

Santa Terezinha também participa na balança comercial do estado, com suas importações e exportações. Como pode-se analisar pelos dados de 2022 obtidos no

site ComexVis (2023), o município teve uma baixa nas importações com relação ao seu período anterior, em contrapartida no mesmo período mencionado, houve também uma elevação no seu nível de exportações, o que condiz de certa forma com a margem de aumento em seu PIB do setor industrial no período de 2022, dependendo do qual produto se trata e para onde é destinada sua finalidade.



Em perspectiva com relação ao nível de Santa Catarina, o município não tem um nível de produção e uma demanda de comércio exterior muito significativa, ficando na posição de 177° no ranking de exportação e 192° no ranking de importações, conforme imagem do próprio site ComexVis demonstra.

4.2.3 Desempenho do setor terciário

Os modelos de produção desenvolvidos pela humanidade resultaram em uma cadeia de consequências sociais, econômicas e estruturais, pode-se ter noção disso ao analisar a implantação da modalidade fordista na produção em grande escala. Enquanto a forma produtiva era conduzida a ser uma organização segmentada e setorizada em sua cadeia de produção, gerou em seus entornos aglomerações de indivíduos, optando pela casta de trabalhadores aos quais eram dependentes da atividade que desempenhavam na empresa, precisavam ficar mais próximo de seus

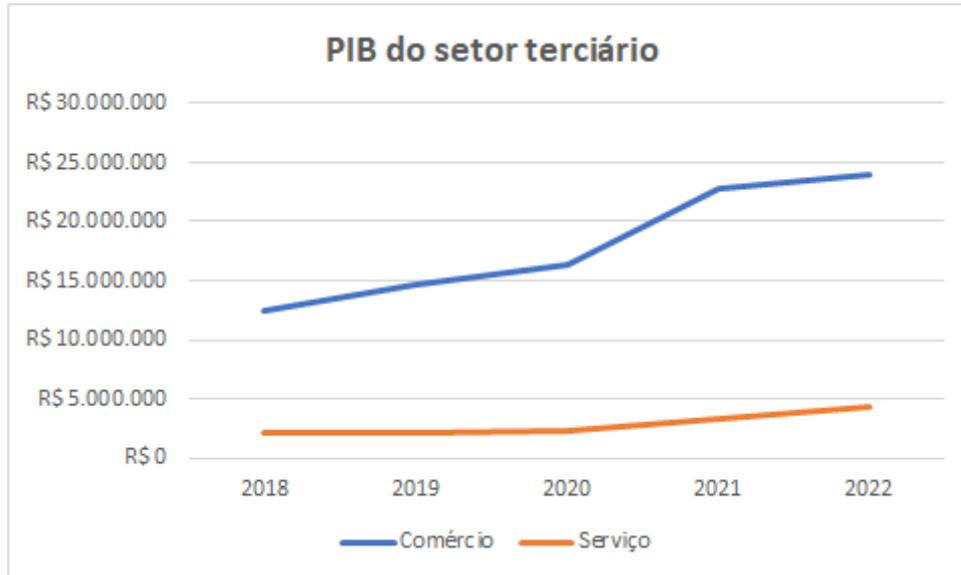
pontos de trabalho, haja vista a facilidade na logística que essa moradia próxima proporciona (KON, 2007).

Essa mudança na organização social, que ocasionou em uma nova estruturação social, tendo em vista a grande necessidade de mão de obra humana após a Revolução Industrial, que dinamizou as etapas produtivas e necessitou de mais trabalhadores, não se limitou a alterar os arredores industriais, mas sim como funcionava aquela nova estrutura social necessitava da “participação de especialistas de várias áreas de serviços (advogados, economistas, engenheiros, publicitários, sociólogos e consultores, entre outros) que sirvam de apoio às tomadas de decisões em um ambiente de constantes transformações” (KON; 2007; p. 2007).

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento de novas tecnologias, viu-se que houve alteração nos métodos antes utilizados no industrialismo e passou-se a utilizar de metodologias de produção mais flexíveis. Isso se dá pelo modo em que o processo produtivo teve alteração, visando não simplesmente a necessidade de funcionários que realizam a mesma função constantemente, mas sim utilizem sistemas em computadores, funções que exigem mais preparo intelectual para ser desempenhado (KON, 2007).

Tendo em vista as mudanças em relação ao tempo, o setor de serviços acarretou em várias mudanças e implicações, tanto nas organizações humanas, quanto no desenvolvimento social. Com a elaboração de cada vez maiores e melhores necessidades de serviços, como por exemplo serviços de internet, pacotes de serviços, entregas e dentre outros. Estes são utilizados e há uma certa demanda em relação aos serviços, mas que em alguns casos não é atendida, pelo fato da região a qual necessita desse serviço não possui uma quantia populacional suficiente para que se instale um empreendimento da necessidade da população, ou que, pela distância do local em relação a prestadora de serviço, encarece o fornecimento de tal modo que seja inviável para a população seu uso.

Gráfico 11 - Evolução do Produto Interno Bruto do setor terciário da economia no município de Santa Terezinha



Fonte: Adaptado de Amavi, 2023

Em relação a evolução do Produto Interno Bruto do setor terciário da economia no município de Santa Terezinha, o gráfico demonstra que o crescimento do PIB foi bem maior na parte de comércio do que na de serviços, além de em valores o comércio ser maior, o crescimento de 2018 para 2022 também foi maior.

Isso demonstra uma estagnação no setor terciário da economia municipal, pois no período analisado o crescimento foi menor que R\$ 3.000.000,00, já o comércio ultrapassou mais de R\$ 10.000.000,00 em crescimento do início do período estudado até 2022.

O setor de serviços existe graças à demanda existente pela concentração populacional no local. Pode-se dizer que serviços de melhor qualidade são elaborados a partir do momento que há a concentração de ofertantes para atender a demanda existente no local, visando atrair esse público, os ofertantes melhoram seus serviços e/ou os preços ofertados para atrair maior clientela. Já em municípios pequenos, ofertantes de produtos mais elaborados não se instalam, pois por se tratar de uma população mais reduzida, os ofertantes não veem atratividade em estabelecer um polo no município, e isso ocasiona em vários fatores, como por exemplo: encarecer o serviço fornecido por ter de ser contratado de outro município, pesando de forma maior no preço do serviço fornecido pela questão da logística; ou então aquela população do município se contentar em ficar sem o serviço prestado, já que não há quem o faça nos limites municipais.

Também, como a população de Santa Terezinha não teve crescimento, mas sim uma redução até então, com a demanda com pouco crescimento, evidencia-se que a falta da oferta de serviços se dá pela falta de uma demanda relevante para se instalarem mais estabelecimentos do setor de serviços dentro dos limites municipais.

Tabela 5 - Valor Adicionado por atividade do setor terciário da economia no município de Santa Terezinha - 2021

Atividades	Valor R\$
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	6.035.856,00
Comércio varejista não especializado	4.156.774,00
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	2.519.717,00
Comércio varejista de material de construção	2.296.213,00
Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico	1.962.921,00
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	1.716.770,00
Transporte rodoviário de carga	1.155.283,00
Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	1.131.038,00
Telecomunicações por fio	771.798,33
Manutenção e reparação de veículos automotores	662.725,00
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	528.865,00
Comércio atacadista especializado em outros produtos	521.995,00
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	489.536,00
Atividades de consultoria em gestão empresarial	385.632,00
Comércio atacadista não especializado	363.861,00
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	326.313,00
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	252.434,00
Outras atividades de telecomunicações	214.417,00
Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	149.594,00

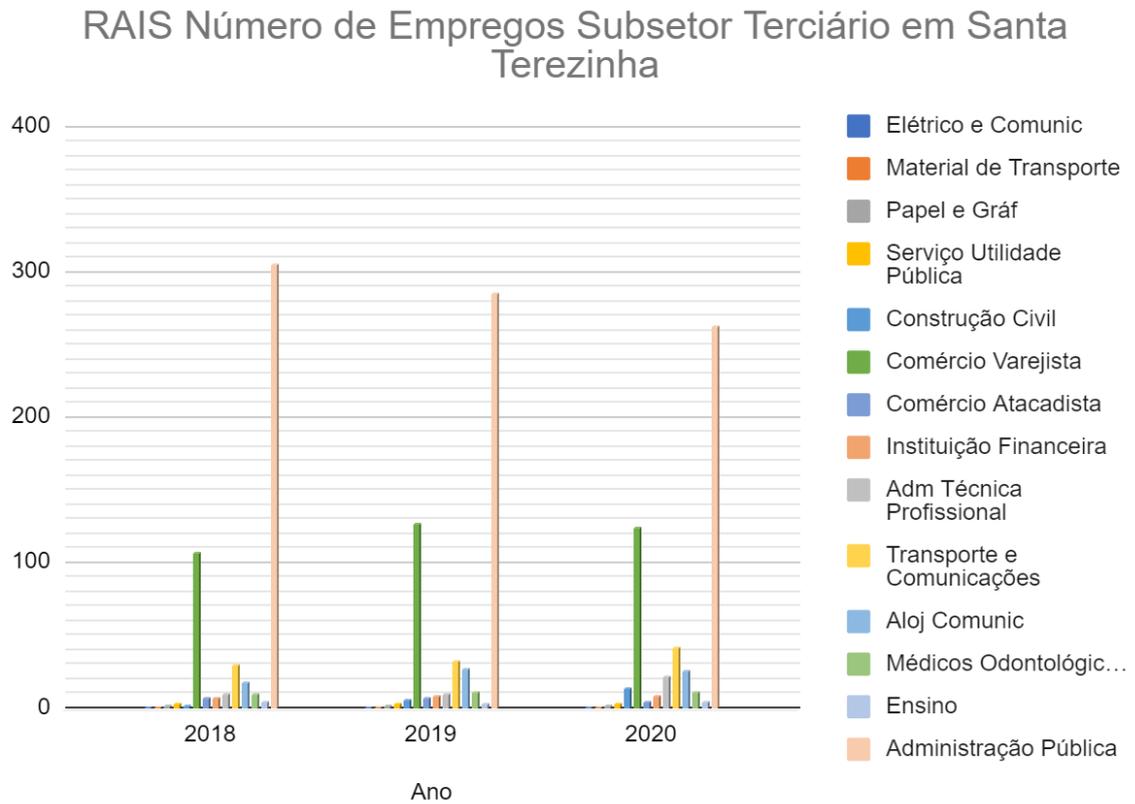
Telecomunicações sem fio	141.587,57
Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	93.766,00
Hotéis e similares	46.666,00
Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção	39.263,00
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos	37.056,00
Comércio de veículos automotores	16.288,00
Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores	5.672,00
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	2.415,00

Fonte: SEF SC, 2021

Por se tratar de um município relativamente distante de fornecedores e polos comerciais maiores, alguns ramos do setor terciário tem certo destaque por esse fator, como por exemplo o de transporte rodoviário de carga, que se encontra em 7º lugar na tabela acima em ordem de maior valor adicionado por atividade. Outro fator visto que auxilia neste fator de logística para obter um grande valor adicionado é o “Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores”, estando em 3º lugar de maior valor adicionado. Santa Terezinha possui uma grande extensão territorial, com população residindo em praticamente toda a sua área, isso faz com que veículos automotores sejam demandados e utilizados para transporte, seja da própria população, ou para o transporte da produção de fumo ou grãos, além do uso rural com maquinários automotores e implementos, utilizados no âmbito da propriedade rural para preparo de solo para o plantio.

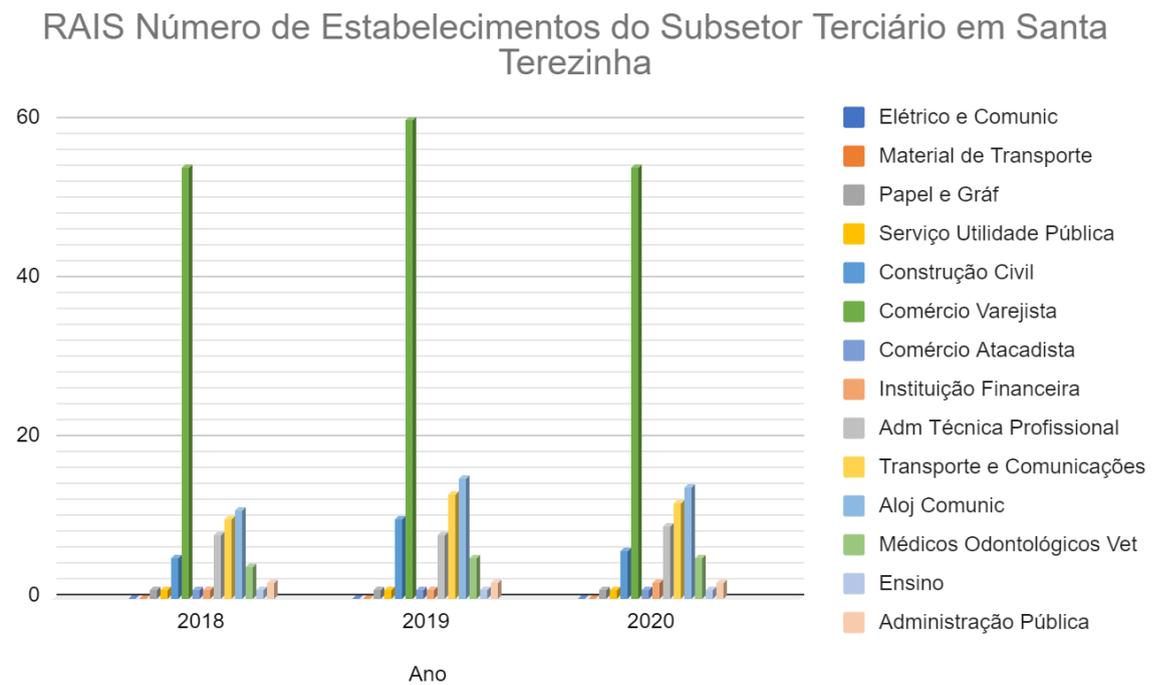
Há a grande presença de valor adicionado em “Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados”, sendo o 1º da lista, e o 2º lugar se dá para “Comércio varejista não especializado”. Como ambos os itens são de itens mais abrangentes, por não se tratar necessariamente de um ramo específico, propicia para que sua geração de valor adicionado seja maior do que os outros.

Gráfico 12 - Empregos subsetor terciário em Santa Catarina



Fonte: RAIS/MTE 2023

Gráfico 13 - Estabelecimentos do subsetor terciário em Santa Catarina



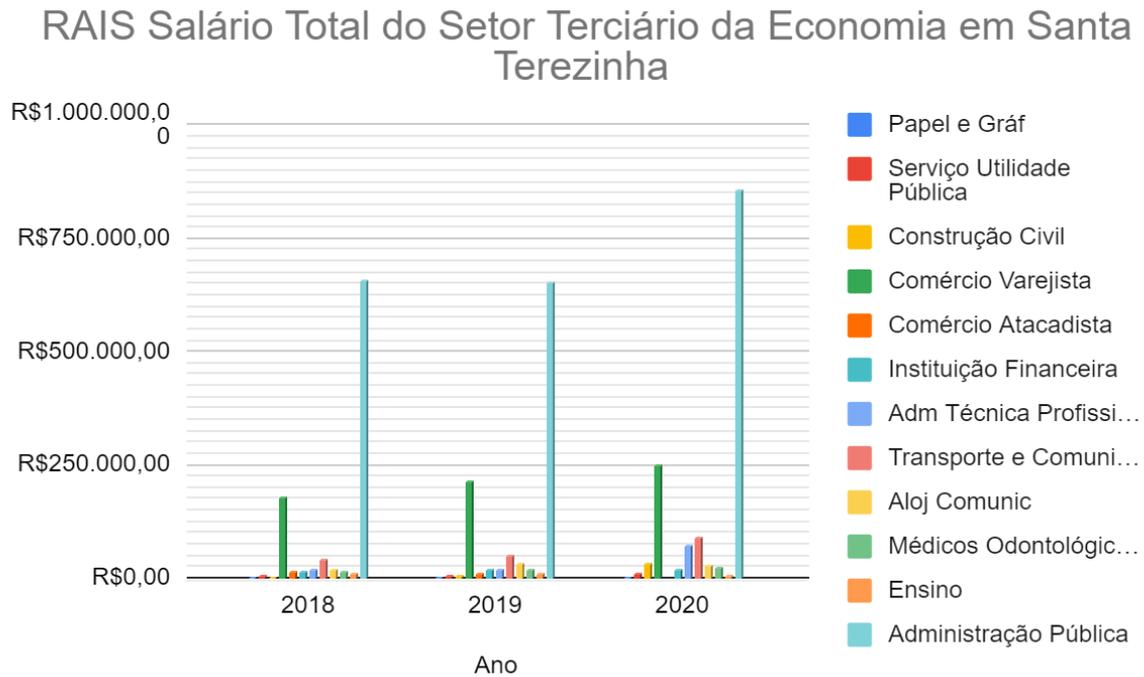
Fonte: RAIS/MTE 2023

Com relação ao número de estabelecimentos comerciais deste setor, pode-se notar que Santa Terezinha teve um crescimento em número de 2018 para 2019, seguido de uma nova queda no número de 2019 para 2020, sendo o total de 118 estabelecimentos em 2019 e reduzindo em 10 para o ano seguinte.

A maior concentração de estabelecimento se dá no ramo de comércio varejista, onde no ano de 2020 alcançou o número de 60 estabelecimentos, quantia essa que também sofreu redução de 2 estabelecimentos em relação ao ano anterior.

Há também, a presença de em vários ramos deste subsetor, a existência de apenas um estabelecimento, são os casos de: papel gráfica; serviços de utilidade pública; comércio atacadista; e ensino. Como é possível observar, isso se dá pelo motivo de ser uma população relativamente pequena e de base agrícola na maioria populacional, o que não gera tanto fomento para serviços terciários, além do mais, como se trata de um município distante de outros locais que possuem grandes centros comerciais, um estabelecimento supre de certa forma a demanda existente em Santa Terezinha, mas não em sua totalidade, pois como se trata de um estabelecimento sem concorrência direta, as necessidades de renovação e inovação, além do equilíbrio de preços e a oferta de maiores serviços não ocorre, situações que são benéficas quando se fala de concorrência comercial.

Com a geração de concorrência, também abre-se a necessidade de novos profissionais para os estabelecimentos contratarem, visando atender aquele novo produto aos clientes, o que de certa forma estagna a inovação comercial de Santa Terezinha.

Gráfico 14 - Salário total por subsetor da economia em Santa Terezinha

Fonte: RAIS/MTE 2023

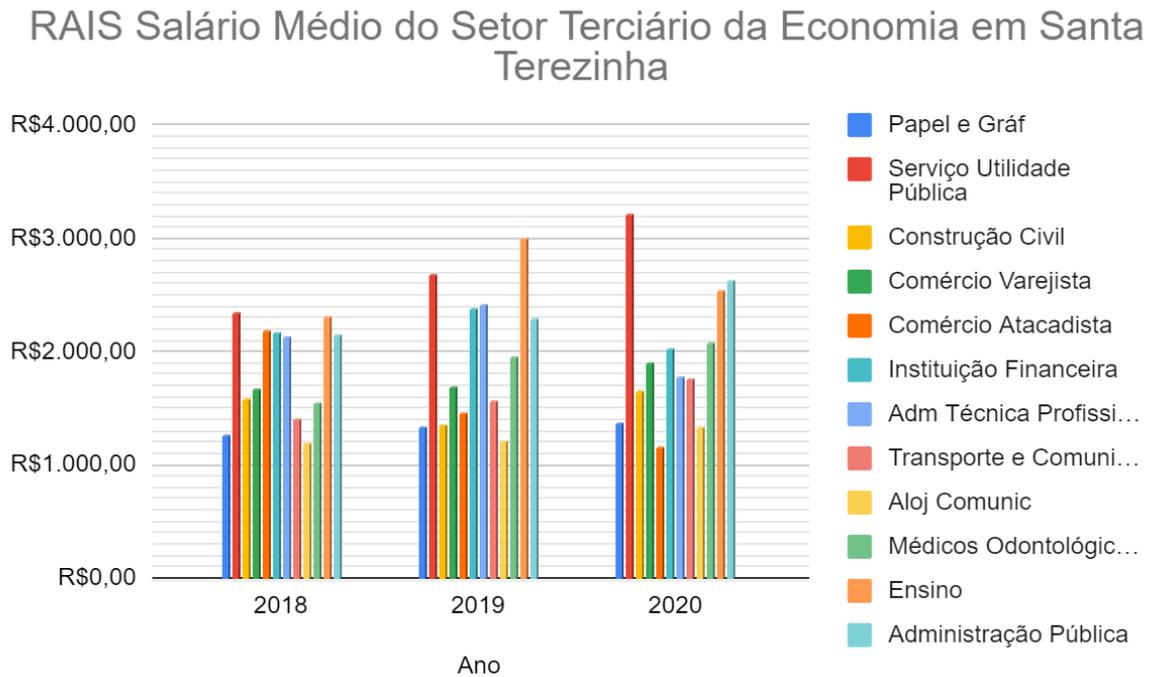
Com relação ao salário total, pode-se notar que a maior parte da concentração salarial nos 3 anos do período estudado pertencem à administração pública. Santa Terezinha, por se tratar de um município que não possui de muitas empresas prestadoras de serviços mais elaborados, como no setor de saúde, necessita que esses serviços sejam fornecidos pelos municípios vizinhos aos quais possuem aparatos para isto. Para isso, pode-se citar a Secretaria da Saúde Municipal, a qual faz o transporte dos munícipes para diversos outros municípios para realizar exames, consultas, cirurgias, internações e outras demandas médicas necessárias, onde há a demanda de vários veículos e também motoristas para a realização do mesmo.

Ainda pelo fato de sua grande extensão territorial, Santa Terezinha possui escola estadual e escolas municipais, mas o transporte é inteiramente de responsabilidade da Secretaria de Educação, a qual necessita de boa quantia de motoristas para realizar o transporte dos alunos nas várias localidades pertencentes aos limites municipais.

O que agrega em aumentar o valor total na administração pública também é seu tamanho, pois em suma maioria a manutenção das estradas fica por responsabilidade da administração pública, mais especificamente na Secretaria

Municipal de Estradas e Rodagens (DMER), a qual utiliza dos maquinários pesados para manter as estradas, nas quais em suma maioria não são pavimentadas, pois pertencem a pequenas localidade distantes do centro de Santa Terezinha.

Gráfico 15 - Salário médio do setor terciário da economia em Santa Terezinha



Fonte: RAIS/MTE 2023

Em relação ao salário médio, os maiores salários em 2020 ficam pertencendo aos funcionários de serviço de utilidade pública com um valor acima de R\$ 3.000,00, o segundo maior salário médio pertence à administração pública e o terceiro para o ensino.

No mesmo ano analisado de 2020, a quantia de funcionário no serviço de utilidade pública eram 3, na administração pública 263 e no ensino 4 funcionários. O total de funcionários do subsetor terciário da mesma época se tratava do montante de 522. É possível identificar que a administração pública municipal possui mais de 50% da quantidade de empregos em Santa Terezinha, o que demonstra como a participação municipal é relevante e presente, tendo em vista as condições municipais que propiciam a isto.

Outra condição notável é a condição de um salário médio presente mas que é obtido pela média de poucos funcionários, visto que outros ramos deste subsetor

não possuem grandes empresas nos limites municipais, como pode-se exemplificar a falta de uma grande prestadora de serviços. Como no caso do comércio varejista, que possui 124 funcionários em 2020, obteve no mesmo ano o salário médio de R\$ 1.903,99, sendo o 6º salário mais alto entre os 12 ramos do subsetor. Se comparado ao salário médio mais alto, pertencente ao ramo de serviço de utilidade pública, no valor de R\$ 3.209,48, há uma diferença salarial de R\$ 1.305,49, esta diferença representa 68,56% do salário médio do subsetor varejista.

4.2 DESEMPENHO INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais são componentes estatísticos que tem por objetivo quantificar o bem-estar ou qualidade de vida de uma população. “A necessidade de levantamento desses índices decorreu do descontentamento generalizado do uso do conceito de crescimento do produto nacional bruto como principal referencial para se aferir o grau de desenvolvimento social de uma comunidade (DICIONÁRIO DE ECONOMIA 1999, p. 296).

O conceito de indicador social procura superar essas características puramente quantitativas da produção. Incluem-se, portanto, como indicadores sociais: nível de emprego, qualidade habitacional, nível de instrução, mobilidade social, serviços de transporte e de saúde, educação e perfil cultural global, oportunidades de lazer, grau de depredação dos recursos naturais não-renováveis, poluição do ar, da água e sonora, entre outros dados. De posse desse tipo de informação, o poder público, em qualquer nível, estaria mais capacitado a planejar e desenvolver uma política social (DICIONÁRIO DE ECONOMIA 1999, p. 296).

O Atlas Brasil, ferramenta do governo federal, mostra de forma detalhada as condições de desenvolvimento social a partir de indicadores coletados principalmente nos censos demográficos.

O crescimento populacional não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento, mas em conjunto a outros fatores pode evidenciar algumas situações específicas no território, como a falta de oportunidades para a população mais jovem se manter no local, ou o aumento populacional visto o incentivo industrial, ou do setor terciário, aplicação de ensino de melhor qualidade, ou a piora dela que pode ocasionar no êxodo municipal, há várias possibilidades que conjuntas resultam no fato ocasionador do aumento ou redução de certa população. No caso

de nível nacional, estadual e municipal em relação a Santa Terezinha, de acordo com números obtidos do Atlas Brasil, têm-se os seguintes números populacionais:

Tabela 6 - Evolução da população no município de Santa Terezinha, Santa Catarina e Brasil

Territorialidades/ População	1991	2000	2010
Brasil	146.825.475	169.798.885	190.755.799
Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	6.248.436
Santa Terezinha (SC)	8.616	8.840	8.767

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Pode-se ver que Brasil e Santa Catarina tiveram um nível de crescimento populacional, enquanto Santa Terezinha de 1991 para 2000 houve crescimento, mas de 2000 para 2010 a população teve uma redução. Na plataforma Atlas Brasil os dados são limitados até 2010 em relação ao censo demográfico, ao consultar diretamente o site do IBGE relativo ao censo levantado em 2022 (2022), o levantamento populacional do Brasil está com a população de 203.062.512 pessoas, em Santa Catarina 7.609.601 pessoas e Santa Terezinha possuía em 2022 a população de 8.066 pessoas.

Em valores numéricos, Santa Terezinha de 2010 para 2022 teve redução populacional, enquanto Santa Catarina e Brasil tiveram crescimento populacional. Com uma estimativa de vida aumentando gradativamente e uma queda na taxa de natalidade, além do êxodo rural em um município de economia majoritariamente agrícola, a redução populacional de Santa Terezinha ocorre em boa parte por conta destes fatores, pois com a falta de certos estímulos para manter a população jovem no campo, e sem uma oferta relevante de empregos, muitos jovens optam por deixar o município.

No tocante ao comparativo da evolução da população rural e urbana nos censos de 2000 e 2010 conforme demonstra gráfico 16 que o município de Santa Terezinha teve um aumento percentual de 32,48%, 371 pessoas na população urbana de 2000 para 2010; já na população rural houve uma redução de 5,76%, 444 pessoas no mesmo período de 2000 a 2010.

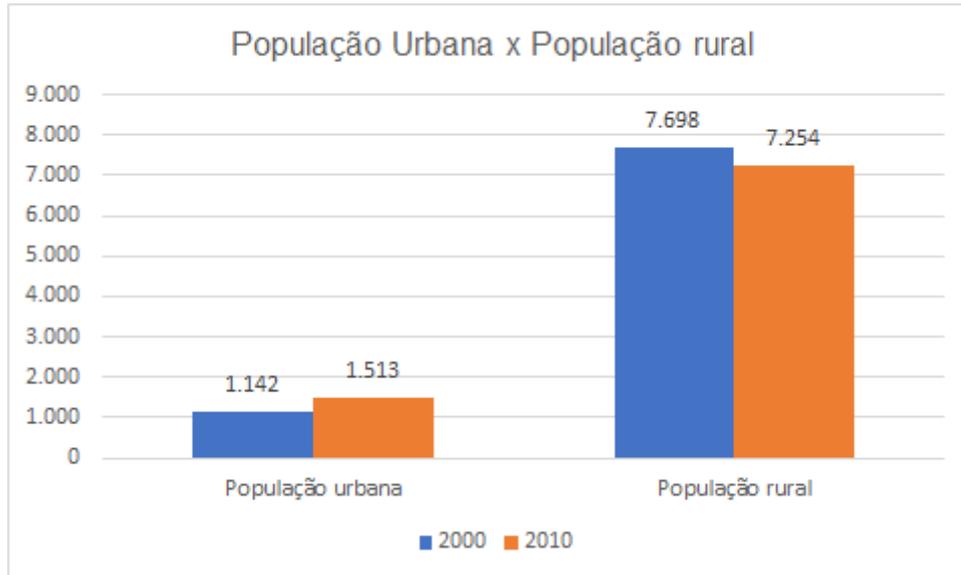
Apesar de em percentual a população urbana teve um aumento maior que a queda da população rural, em valores reais a população urbana teve uma queda maior em sua população.

Conforme visto anteriormente, não há muitos fatores que estimulem a população jovem rural a se manter no campo. A falta de ensino destinado a este fator, como por exemplo a inexistência de colégio agrícola no município, sendo o mais próximo na cidade de Rio do Sul/SC, o que condiciona o jovem a ter de se mudar para estudar nesse ramo. A falta de acessos a outros serviços também, a falta de oferta de empregos interessantes, aos quais o jovem poderia usar além da atividade agrícola familiar, como há essa possibilidade de atividades conjuntas para complementar sua renda e se manter no município.

Pode-se notar também, com os dados do gráfico abaixo, que se for realizado a subtração da população que saiu do ambiente rural e da população que aumentou no ambiente urbano, ainda há uma diferença de 73 pessoas, ou seja, pode-se exemplificar supondo que mesmo se toda a população que se mudou do campo de 2000 para 2010 tivesse se mudado para a parte urbana de Santa Terezinha, ainda há uma diferença de 73 pessoas.

Tendo noção de que nem toda a população que se retirou do ambiente rural não se mudou para o ambiente urbano, pois há a possibilidade de falecimentos ou de mudança de município dessas pessoas, ainda há como averiguar que houve o êxodo municipal principalmente na parte rural.

Gráfico 16: Comparativo da evolução da população rural e urbana para município de Santa Terezinha



Fonte: Adaptado de Amavi, 2023
<https://amavi.org.br/municipios-associados/perfil/santaterezinha>.

Visando analisar como a população municipal se comportou conforme o tempo em conjunto com outros fatores de desenvolvimento, pode-se ter noção de que Santa Terezinha não proporciona muitos atrativos à população jovem, como Staloch e Rocha informam

Dentre todas as fragilidades apontadas, se notou que aquelas que mais contribuem (ou tem contribuído) para que os jovens rurais de Santa Terezinha queiram deixar o processo de agricultura familiar esteja centrada na desvalorização das propriedades, baixo valor agregado dos seus produtos (sobretudo o fumo), pouco acesso ao mercado, falta de estrutura e infraestrutura, falta de opções para o lazer, perda da cultura e também a falta de conhecimento. Sendo assim, é primordial que se pense em uma estrutura de governança que vise estimular a agricultura familiar e a permanência do/da jovem no campo (Staloch e Rocha; p. 101 e 102; 2018).

Há fatores relevantes que fazem com que o campo esteja se tornando menos interessante do que há algumas décadas atrás. Como pode-se notar houve também uma redução na quantia populacional que não possui água encanada, por exemplo. Como pode-se ver no site Atlas Brasil:

Tabela 7 - Evolução da população em percentual em domicílios com água encanada

Territorialidades	% da população em domicílios com água encanada 1991	% da população em domicílios com água encanada 2000	% da população em domicílios com água encanada 2010
Brasil	71,31	81,79	92,72
Santa Catarina	90,41	94,39	94,13
Santa Terezinha (SC)	68,09	69,12	88
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.		Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca .	

Ao passar das décadas houve a redução da população que não possui água encanada em sua residência, uma certa evolução, tendo em vista a comodidade e as vantagens qualitativas que esse fator traz às famílias beneficiadas. Como em outros índices mencionados anteriormente, Santa Catarina em todas as décadas possui um percentual mais elevado que o nível nacional populacional com água encanada e Santa Terezinha com maior percentual em relação aos 3. Isso se dá, em certa parte por conta de sua população ser de áreas rurais, ao qual dificulta o acesso, sendo que muitas vezes a origem da água consumida pelo grupo familiar residente é oriundo de nascentes e afluentes em sua propriedade, do qual era utilizado e consumido por outros meios do que o encanamento.

Além de ser um aspecto qualitativo, demonstra como a população está desenvolvida de certa forma, pois caso um percentual mais relevante da população não tenha acesso a água encanada, a utiliza de forma mais rudimentar, como por exemplo busca em poços fora da residência, utiliza de baldes e galões para a coleta e transporte até sua residência por exemplo. Além da questão higiênica dessa água, sua forma de transporte pode a expor a microrganismos ruins para a saúde humana.

4.2.1 Educação

Tabela 8 - Evolução IDHM Educação

Territorialidades	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000	IDHM Educação 2010
Brasil	0,279	0,456	0,637
Santa Catarina	0,329	0,526	0,697
Santa Terezinha (SC)	0,2	0,337	0,575
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.		Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca .	

Em relação ao dado acima, relativo ao IDHM Educação, índice com enfoque na educação. Como pode-se ver em valores, nas décadas de 1991, 2000 e 2010 o nível educacional de Santa Catarina esteve acima do nível nacional em todos os anos. Santa Terezinha, por sua vez, ficou com valores menores neste índice em todas as décadas, abaixo do nível nacional. Isso se dá por muitos fatores relacionados a este índice, como por exemplo evasão escolar, a falta de ensino superior, principalmente na década de 1991, acontecia com mais frequência que atualmente, em regiões de maioria da população agrícola, a evasão escolar era maior para que a criança ou adolescente ajudasse nos serviços agrícolas da propriedade em que residia.

Tabela 9 - Taxas de analfabetismo

Territorialidades	Taxa de analfabetismo o - 11 a 14 anos de idade 1991	Taxa de analfabetismo o - 11 a 14 anos de idade 2000	Taxa de analfabetismo o - 11 a 14 anos de idade 2010	Taxa de analfabetismo o - 15 a 17 anos de idade 1991	Taxa de analfabetismo o - 15 a 17 anos de idade 2000	Taxa de analfabetismo o - 15 a 17 anos de idade 2010
Brasil	16,08	6,26	3,24	12,42	4,85	2,2
Santa Catarina	3,16	1,25	1,05	3,56	1,32	0,86
Santa Terezinha (SC)	5,48	1,47	0,42	5,39	1,75	1,49
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.			Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca .			

Como pode-se ver na tabela acima, relativo a taxa de analfabetismo, Santa Terezinha, no período mais recente da pesquisa de 2010, apresenta maior taxa na fase de idade de 15 a 17 anos, fase em que o adolescente deveria estar realizando o ensino médio, também chamado de segundo grau. Nessa fase, como mencionado anteriormente, ocorre em alguns casos desses indivíduos abandonarem os estudos para auxiliar nas atividades familiares realizadas nos estabelecimentos rurais em que residem.

4.2.2 Longevidade

Um quesito de desenvolvimento importante também é relativo a longevidade da população. Uma população com longevidade maior pode indicar questões de saúde melhores, uma alimentação melhor ou melhores hábitos, como por exemplo o consumo maior de água, alimentos naturais e a prática de atividades físicas. O IDHM Longevidade, também extraído da plataforma Atlas Brasil, medido pelo IBGE, relativo ao Brasil, Santa Catarina e Santa Terezinha são os seguintes:

Tabela 10 - Evolução da população em percentual em domicílios com água encanada

Territorialidades	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Longevidade 2010
Brasil	0,662	0,727	0,816
Santa Catarina	0,753	0,812	0,86
Santa Terezinha (SC)	0,72	0,764	0,817
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.		Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca .	

Neste caso pode-se notar que Santa Catarina ainda tem os maiores níveis do que o nacional e o de Santa Terezinha, mas nesse quesito Santa Terezinha, nas 3 décadas, possui nível acima do nível nacional. No IDHM Educação, em Santa Terezinha, o maior nível obtido foi em 2010 com 0,575, em longevidade pode-se ver que na mesma década o valor do município foi de 0,817, o que demonstra um desempenho melhor.

4.2.3 Renda

A renda, um dos fatores aos quais mais influencia as questões qualitativas de desenvolvimento, mas não única e nem isoladamente, faz sanar os problemas sociais e também deve ser levado em consideração. No caso desse índice, pode-se ver o IDHM Renda e o índice de Renda Per Capita:

Tabela 11 - Evolução IDHM renda

Territorialidades	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	Renda per capita 1991	Renda per capita 2000	Renda per capita 2010
Brasil	0,647	0,692	0,739	447,56	592,46	793,87
Santa Catarina	0,648	0,717	0,773	449,78	693,82	983,9
Santa Terezinha (SC)	0,488	0,593	0,637	166,56	319,84	421,9
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.				Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca .		

A renda per capita não traz a realidade concisa do local, pois soma a renda daquela população e a divide pela quantia de indivíduos, sem levar em consideração as desigualdades sociais e a má distribuição de renda. Nos dois casos, o IDHM Renda e a Renda per capita, Santa Terezinha ficou abaixo do nível nacional e do estadual em todos os períodos, sendo o de renda per capita o mais discrepante em relação a Brasil e Santa Catarina, tendo praticamente metade do valor dos índices estaduais e a nível nacional.

4.2.4 Fecundidade

Em relação a taxa de fecundidade, que seria a quantidade de filhos que em média uma certa população teria em sua fase temporal pesquisada. Como pode-se

ver na tabela abaixo, com os dados levantados década a década desde 1991 até 2010, levantados diretamente pelo IBGE:

Tabela 12 - Evolução Taxa de fecundidade total

Territorialidades	Taxa de fecundidade total 1991	Taxa de fecundidade total 2000	Taxa de fecundidade total 2010
Brasil	2,88	2,37	1,89
Santa Catarina	2,58	2,23	1,71
Santa Terezinha (SC)	4,54	2,9	1,99
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.		Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca .	

Santa Terezinha, na década de 1991 possui a maior taxa de fecundidade de todo o período levantado com 4,54. Esse dado também segue uma padronização de que em todas as décadas Santa Terezinha possui a maior taxa, logo após segue a média nacional e Santa Catarina por último.

Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (2022), o principal setor da economia no estado de Santa Catarina é o setor de serviços, já a principal atividade econômica de Santa Terezinha é a agricultura familiar, sendo desde sua colonização essa atividade econômica fortemente utilizada. Tendo em vista esses dados, pode-se ver que em um contexto estadual, os casais prezam por uma quantia menor de filhos, sendo que a sua atividade limita a quantidade de filhos quando se trata, por exemplo, de um casal ao qual exerce atividade salarial em um centro comercial e reside no mesmo. Já no caso de Santa Terezinha, onde a maioria das residências são rurais, e sua atividade remunerada é a agricultura, a qual demandava maior mão de obra, esse tipo de antro familiar, em boa parte dos casos, preza por ter mais filhos para auxiliar em suas atividades agropecuárias.

Como pode-se notar, apesar do nível municipal da taxa de fecundidade continua maior que o nível da média nacional e estadual, Santa Terezinha sofreu com a redução de sua quantia de filhos. Como Souza informa, “Os dados do Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2016) apontam que o decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores, tais como: urbanização crescente, melhoria do nível

educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher no mercado de trabalho e instabilidade de emprego.” (SOUZA, Apud, p. 6, 2016). A baixa na quantia de filhos, em geral está relacionada com a vida nas cidades, em empregos assalariados, mas, como isso é um fator que se abrange a mais vertentes, como por exemplo o uso de métodos contraceptivos, como preservativos que são distribuídos gratuitamente pelos programas de saúde governamentais, ou o uso de anticoncepcionais, o aumento do nível educacional, favorece que também a população rural tenha uma redução em sua quantia de filhos, apesar de ainda ter um nível maior e ter uma redução menor que em populações urbanas.

2.4.5 Indicadores de sustentabilidade

A Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM) disponibiliza o IDMS - Índice de desenvolvimento municipal sustentável para os municípios catarinenses.

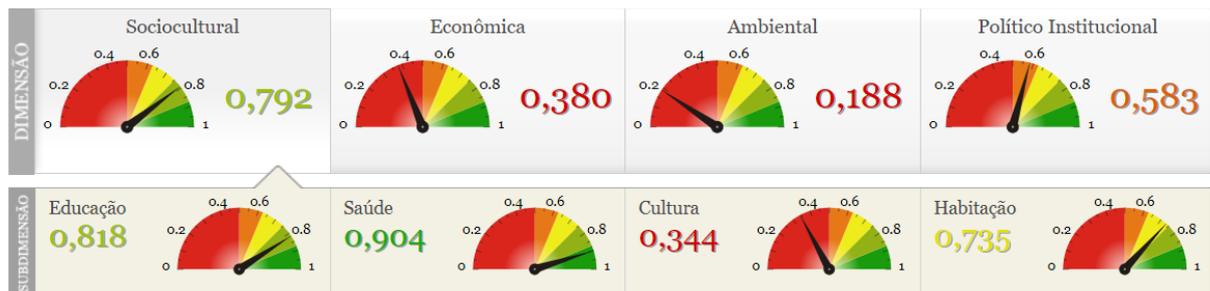
O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável (FECAM, 2023).

Para o cálculo desse indicador de sustentabilidade são considerados cinco eixos que incluem a dimensão Sociocultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. A dimensão sociocultural é composta pelos níveis educacionais, de saúde, cultura e habitação; a econômica trata da gestão dos recursos de capital em relação ao seu aproveitamento e gastos; a ambiental verifica as questões ambientais do município, desde degradação de solo, desmatamentos, embargos ambientais e demais questões relacionadas com o cuidado ou não da fauna e flora municipal; trata-se de como a gestão política se desempenha como instituição nos seus mandatos ao passar do período analisado (FECAM, 2023).

2.4.5.1 Composição do Índice IDMS

Atualmente, segundo o site da FECAM (2020) o valor do IDMS é de 0,486, sendo um índice com valor de 0 até 1. Para se obter este índice, são necessários os cálculos dos subfatores mencionados acima, Sociocultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional, mas estes também possuem mais ramificações de outros fatores aos quais todos contribuem para se ter um valor de IDMS mais assertivo, no caso do Sociocultural são a educação, saúde, cultura e habitação, que no ano pesquisado de 2020 tiveram os seguintes valores:

Figura 3 - Composição do índice IDMS.



2.4.5.2 Composição do Índice IDMS Economia

Já na questão econômica, os fatores aos quais o compõem são a situação da economia municipal como um todo, na visão de amplitude em sua utilização de recursos, que no caso da pesquisa teve os seguintes valores:

Figura 4 - Composição do índice IDMS Economia



2.4.5.3 Composição do Índice IDMS Ambiental

Na parte ambiental, o que lhe compõe são as questões relacionadas ao meio ambiente e o zelo com o mesmo, sua degradação, embargos ambientais, degradação de solo e demais situações as quais possam acarretar na perda do ecossistema existente no município. Em relação ao ambiental, têm-se os seguintes valores:

Figura 5 - Composição do índice IDMS Ambiental.



2.4.5.4 Composição do Índice IDMS Político Institucional

No político institucional, há a composição oriunda do cuidado com as finanças públicas, a gestão pública vigente no momento e a participação social. Estes 3 fazem parte do político institucional e corroboram para se obter um valor mais assertivo em relação ao índice supracitado. Com relação a essas categorias, têm-se os seguintes números:

Figura 6 - Composição do índice IDMS Político Institucional.



Como pode-se ver pelo valor geral do IDMS de 0,486 e por sua composição, Santa Terezinha possui um valor relativamente baixo, por não conseguir em valor geral atingir a média de 0,500. Outras situações que neste índice chamam a atenção é o valor do índice ambiental de 0,188, que conforme visto, pelos embargos ambientais e pelos níveis de desmatamentos decorrentes no município, acarretam de forma negativa na questão de desenvolvimento municipal. Atualmente têm-se em muita estima a valorização e preservação do meio ambiente como forma de progresso, visto os fatos climáticos ocorridos nas últimas décadas resultantes da ação humana no planeta.

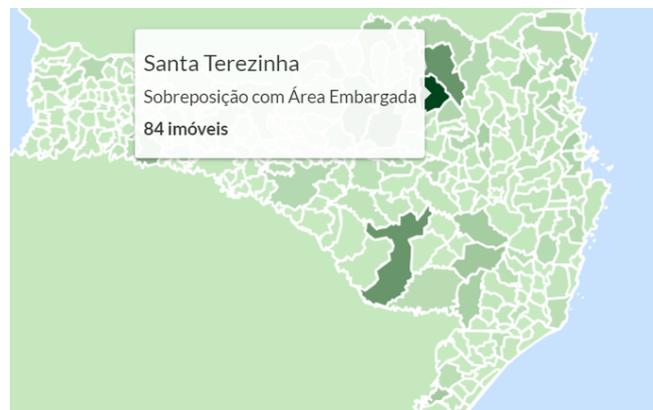
A questão econômica também se demonstra de nível relativamente baixo, com a pontuação de 0,380. Como a pesquisa para se obter a este valor parte da análise de situações como o PIB municipal, coleta de ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Bens e Serviços) e ISS (Imposto Sobre Serviços), evolução dos empregos formais, receita média dos Microempreendedores Individuais (MEIs), domicílios em situação de pobreza, entre outros, demonstra que, apesar do município ter tido uma evolução no valor do seu PIB nos 3 setores da economia desde de 2019 até o último ano pesquisado de 2022, e a pesquisa do IDMS se tratar do ano de 2020, o aumento gradativo de 2019 para 2020 como mostra a pesquisa que essa evolução em valores não acarretaram de forma totalmente eficaz quando se analisa pela perspectiva do desenvolvimento municipal.

Apesar do grande número de estabelecimentos de agricultura familiar, a concentração de terra é realidade no município, condição que gerou conflitos entre a empresa Parolin CIA LTDA e o MST movimento dos sem-terra que resultou na

implantação do Assentamento 25 de Maio, data que faz alusão ao dia que os assentados vieram em grande número para aquela localidade.

A ocupação irregular do território municipal desde sua colonização, especialmente em áreas com grande reserva legal e APP (Área de Preservação Permanente), resulta em grande quantia de embargos ambientais nas propriedades rurais municipais. Conforme visto na Figura 7 coletada do site SICAR NACIONAL (2023), Santa Terezinha possui a maior quantia de áreas embargadas no estado de Santa Catarina, sendo ao todo 84 imóveis.

Figura 7 - Embargos ambientais no município de Santa Terezinha



Fonte: Sicar, 2023

Os embargos, além de apontar fragilidades no quesito de desenvolvimento ambiental e sustentável, também apontam fragilidades financeiras, uma vez que, as propriedades rurais com embargos ambientais podem sofrer algumas restrições a exemplo da instrução mencionada no MCR (Manual de Crédito Rural) fornecido pelo Banco Central e indica que para a concessão de crédito rural é necessário a “[...] inexistência de embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); (Res CMN 4.883 art 1º)” (BCB, p. 18, 2023).

Além do IDMS, o Instituto Cidades Sustentáveis disponibiliza o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras contendo a evolução dos objetivos de desenvolvimento sustentável em direção a Agenda 2030 da ONU.

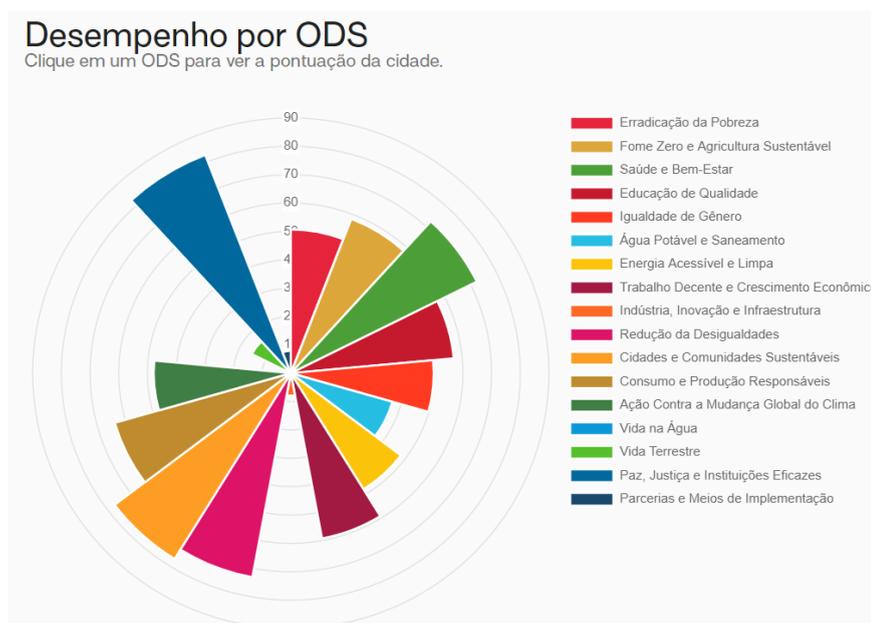
O IDSC-BR permite uma visão geral e integrada das cidades brasileiras em cada um dos ODS. É uma ferramenta que visa estimular o cumprimento da Agenda 2030 e uma oportunidade para as cidades se integrarem à mais avançada agenda global de desenvolvimento sustentável (Instituto Cidades Sustentáveis, 2023).

Figura 8 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



No caso de Santa Terezinha, seu desempenho em relação as ODSs é o seguinte, conforme gráfico mostra:

Figura 9 - Desempenho por ODS em Santa Terezinha



Pode-se notar em ambas as imagens relacionada às ODS que 1 em Santa Terezinha possui um nível muito alto de pontuação, 4 em nível alto, 4 em nível médio, 3 em baixo, 4 em muito baixo e um sem informações disponíveis. Dos que apresentam nível considerado muito baixo, pode-se destacar “Proteger a vida terrestre” e “Água potável e saneamento”. Conforme visto, a questão da falta de zelo com relação ao meio ambiente no município se demonstra bem presente, sendo em várias esferas de avaliação notado negativamente o desempenho de Santa Terezinha.

Na questão do saneamento e água limpa, ainda há muitas residências as quais não o possuem, como também enfatiza essa afirmativa pela ausência em muitas residências da falta de água encanada, de energia elétrica em sua residência, questões que auxiliam de forma qualitativa a população, pois um tratamento correto dos resíduos produzido pelas residências auxiliam na diminuição de doenças e também da poluição ambiental, como a poluição de solos, lagos naturais, rios e afluentes de água.

5. CONCLUSÃO

O principal enfoque da pesquisa foi qualificar o desenvolvimento atual do município de Santa Terezinha com base nos indicadores de desempenho econômico setorial, social e sustentável. Para este trabalho o desenvolvimento foi entendido a partir das múltiplas dimensões e considerou o desempenho quantitativo e qualitativo municipal.

Em relação ao desempenho dos indicadores econômico setoriais do município, os dados demonstram que Santa Terezinha possui demasiada disparidade em relação a divisão da renda, pois como há grande produção de PIB, principalmente no setor secundário, mas ainda boa parcela populacional que não tem acesso a serviços básicos, como água encanada ou rede elétrica. Tem-se isso como fato, visto o grande volume produzido no setor primário, como a maior quantidade produzida agrícola é de grãos e fumo, a renda neste setor se torna maior, mas concentrada nestes setores. Já em relação ao setor secundário, há uma empregabilidade grande para o nível do município no setor têxtil, mas que não tem uma média salarial das maiores em relação aos outros valores de salário médio dos outros mercados de trabalho que compõem este subsetor. Já no setor terciário, nota-se a ausência de muitos profissionais em áreas de trabalho que demandam maior conhecimento técnico, e as quais possuem estabelecimentos ou profissionais se tratam de um número bem reduzido, o que demonstra uma falta de oferta de serviços elaborados no município.

Quanto ao desempenho dos indicadores sociais que representam a qualidade de vida dos munícipes, os indicadores apontam que a saúde municipal é zelada, visto a longevidade populacional e o investimento da administração pública em dar alcance a serviços inexistentes, investindo na prestação de serviços para auxiliar no transporte até os consultórios, hospitais ou centros médicos. Com relação à educação, em relação a Santa Catarina e ao nível nacional, Santa Terezinha possui nível maior, principalmente quando o adolescente ingressa no ensino médio, além de que o seu IDH apresenta nível mais abaixo do que os nacionais e estaduais, o que mensura o desempenho municipal como deficitário.

O atual estágio de desenvolvimento sustentável do município é o que apresenta maior deficiência. A questão ambiental se dá de forma bem deficitária ao município devido ao desmatamento e os processos ambientais relativos ao

desmatamento de APP, além do que, conforme visto pelos dados do desempenho municipal das ODSs e seu índice IDMS, em ambos os números relacionados ao meio ambiente apresentam níveis muito baixos.

Como sugestão para futuras pesquisas, a análise mais completa do desempenho municipal incluiria os municípios da região Vale Oeste e permitiria a comparação das condições de desenvolvimento entre os mesmos. Estudar os “pequenos municípios” é fundamental para contribuir na construção de um futuro melhor. A partir dos dados e análises realizadas, tanto o setor privado quanto o setor público podem promover ações de melhoria para contribuir com o desenvolvimento municipal e a melhoria na qualidade de vida. Aproveitar o espaço de pesquisa oferecido nas instituições de ensino superior para entender a realidade local é uma oportunidade única de contribuir com este tema de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexandre Nascimento de; SILVA, João Carlos Garzel Leodoro da; ANGELO, Humberto. Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 146-162, maio 2012.

ALVES, José Eustáquio Diniz. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a cipd pós-2014. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 219-230, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982014000100013>.

AQUINO, Afonso Rodrigues de *et al.* **INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA VISÃO ACADÊMICA**. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2014. 189 p.

ARAGÃO, Amanda Pereira. Estimativa da contribuição do setor de petróleo ao Produto Interno Bruto brasileiro: 1955/2004. **Rio de Janeiro**, 2005.

ARAÚJO, Rita Maria Viveiros. **Robotização da Produção e Emprego**. 2019. 52 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Indústria e da Empresa, Universidade do Minho, Braga, 2019.

BELLENTANI, Natália Freire. **Indicadores de Desenvolvimento Humano no Campo e na Cidade - Ribeirão Preto SP**. 2010. 197 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Presidente Prudente, 2010.

BERQUÓ, Elza S.; CAVENAGHI, Suzana M.. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 471-482, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982014000200012>.

BOSCHETTI, Ivanete. Políticas de Desenvolvimento Econômico e Implicações para as Políticas Sociais. **Ser Social**, [S.L.], v. 15, n. 33, p. 355-365, 8 mar. 2014. Biblioteca Central da UNB. http://dx.doi.org/10.26512/ser_social.v15i33.13053.

FECAM (Santa Catarina). **FECAM: em defesa do municipalismo catarinense**. 2023. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/conheca-a-instituicao/historia-fecam/>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de Preços**. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/indicepreco>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural**. 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. BNDES. **Pronaf Mais Alimentos**. 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mais-alimentos>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. IBGE. **Inflação**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php?ref=nord-research>. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **ComexVis**. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. SICAR. **Áreas Embargadas**. 2023. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/tematicos/restricoes>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. **Apelação Cível N° XXXXX-59.2016.4.04.7000/PR.** 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-4/1182117300/inteiro-teor-1182117390>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 93, p. 33-60, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452014000300003>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Escola de Economia de São Paulo**, São Paulo, v. 157, n. 1, p. 1-24, dez. 2006. Mensal.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação para compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 15, p. 11-20, 28 jun. 2007. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v15i0>.

FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, p. 7-45, 1 jul. 1952. Mensal.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HENRIQUE, Flávia; CALVO, Maria Cristina Marino. Grau de implantação do Programa Saúde da Família e indicadores sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 1359-1365, out. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232009000800008>.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (Santa Terezinha). **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**: santa terezinha (sc). Santa Terezinha (SC). 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4215679/>. Acesso em: 18 out. 2023.

IPIRANGA, Ana Silva Rocha; GODOY, Arilda Schmidt; BRUNSTEIN, Janette. Introdução. **Ram. Revista de Administração Mackenzie**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 13-20,

jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s1678-69712011000300002>.

KON, Anita. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 130-146, 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572007000100007>.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2005. 280 p.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. TEORIAS CLÁSSICAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA: O CASO DO BRASIL. **Rde - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 21, n. 1, p. 5-19, jun. 2010. Mensal.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. Indicadores Econômicos. In: LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia Empresarial**. Porto Alegre: Ufrgs, 2007. p. 27-41.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 7-20, mar. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902008000100002>.

MARTINEZ, Thiago Sevilhano; CERQUEIRA, Vinícius dos Santos. Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do ipca. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 409-456, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182013000200005>.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. In: MARTINS, Clitia Helena Backx. **Indicadores Econômicos FEE**. 30. ed. Porto Alegre: Pucrs, 2002. p. 171-188.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração Industrial na Amazônia e suas Implicações para o Desenvolvimento Regional. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Novos Cadernos NAEA**. 8. ed. Pará: Naea, 2005. p. 141-187.

MONTOYA, Marco Antonio. A inserção insumo-produto da economia brasileira no Mercosul: uma abordagem pelo valor adicionado. **Revista Brasileira de Economia**, v. 55, n. 2, p. 253-282, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, Jose Edmilson de. **O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM FOCO: UMA CONTRIBUIÇÃO MULTIDISCIPLINAR**. São Paulo: Annablume, 2006. 168 p.

ONU (Brasil). **PNUD no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 14 out. 2023.

RABELO, Laudemira Silva; LIMA, Patrícia Verônica P. Sales. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 1, mar. 2009. ISSN 1982-5528. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/4>>. Acesso em: 09 out. 2023.

RAIS/MTE. **Rais Estabelecimento**. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/login.php. Acesso em 12 out. 2023

RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental no Campo, na Cidade e na Floresta. In: ABRASCO, Gt Saúde e Ambiente da (org.). **1º Conferência Nacional de Saúde Ambiental**. Belo Horizonte: Abrasco, 2009. p. 78-83.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de Desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Lamara Fabia; SILVA, Claudia Luciene de Melo; CABRAL NETO, Antonio. Teoria do Capital Humano, Educação, Desenvolvimento Econômico e Suas Implicações na Formação de Professores. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do Ifpb**, [S.L.], v. 1, n. 32, p. 35, 26 dez. 2016. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. <http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n32p35-42>.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. . **PIB 2020: Santa Catarina supera a média nacional e economia avança**. 2023. Disponível em: <https://sde.sc.gov.br/index.php/noticias/3807-pib-2020-santa-catarina-supera-a-media-nacional-e-economia-avanca>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTA TEREZINHA. IBGE. **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/santa-terezinha.html>. Acesso em: 16 out. 2023.

SANTA TEREZINHA. IBGE. **História Santa Terezinha**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/santa-terezinha/historico>. Acesso em: 09 out. 2023.

SANTA TEREZINHA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA. **Detalhando Consulta De Processos Licitatórios**. 2023. Disponível em: https://transparencia.betha.cloud/#/wWZKP8pPzOiFNg0ZqHmB8g==/consulta/9240/detalhe/539:1046:2023_16_1046. Acesso em: 14 out. 2023.

SANTA TEREZINHA. SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL. **IDMS de Santa Terezinha - 2020**. 2023. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2020/codMunicipio/232>. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, Robson Willians da Costa; PAULA, Beatriz Lima de. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terrae Didatica**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 42, 1 jul. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/td.v5i1.8637501>.

SILVA, Rosemara Melchior Valdevino; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. A utilização de indicadores sociais na operacionalização do modelo de Vigilância da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 168-177, mar. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342009000100022>.

SOUZA, Lorraine Grace de Sousa Costa Nunes de. **CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA REDUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE NO BRASIL**. 2016. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2016.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 368 p.

VEIGA, José Eli da. O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. In: VEIGA, José Eli da. **Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento**. São Paulo: Cavc, 2005. p. 243-266.

VERÍSSIMO, Manuela; SANTOS, António J.. Desenvolvimento social: algumas considerações teóricas. **Análise Psicológica**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 389-394, 9 dez. 2012. ISPA - Instituto Universitario. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.501>.

ANEXOS

Tabela 13 - Número de estabelecimentos por subsetor da indústria

RAIS Estabelecimentos do Setor Secundário em Santa Terezinha									
Ano	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Madeira e Mobiliário	Borracha, Fumo, Couros	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria Calçados	Alimentos e Bebidas	Total
2018	1	1	8	0	0	6	0	7	23
2019	1	1	7	0	0	6	0	8	23
2020	1	1	9	0	0	6	0	7	24

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 14 - Número de empregos por grande setor

Número de Empregos por Grande Setor em Santa Terezinha							
Ano	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	
2018	155	1	114	382	2	654	
2019	181	6	134	376	1	698	
2020	190	14	128	375	5	712	

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 15 - Salário total por subsetor da indústria em Santa Terezinha

Salário total por subsetor da indústria em Santa Terezinha									
Ano	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Madeira e Mobiliário	Borracha, Fumo, Couros	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria Calçados	Alimentos e Bebidas	Total
2018	R\$7,458.85	R\$954.00	R\$37,302.12	R\$0.00	R\$0.00	R\$127,768.39	R\$0.00	R\$41,564.79	R\$215,048.15
2019	R\$10,135.41	R\$998.00	R\$27,170.33	R\$0.00	R\$0.00	R\$130,850.57	R\$0.00	R\$68,996.34	R\$238,150.65
2020	R\$11,693.66	R\$1,045.00	R\$32,058.01	R\$0.00	R\$0.00	R\$166,556.14	R\$0.00	R\$68,553.09	R\$279,905.90

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 16 - N° de funcionários por subsetor da indústria em Santa Terezinha

N° de Funcionários por subsetor da indústria em Santa Terezinha									
Ano	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Madeira e Mobiliário	Borracha, Fumo, Couros	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria Calçados	Alimentos e Bebidas	Total
2018	4	1	24	0	0	84	0	31	144
2019	7	1	17	0	0	99	0	41	165
2020	6	1	24	0	0	106	0	38	175

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 17 - Salário Médio por Subsetor da Indústria em Santa Terezinha

Salário Médio por Subsetor da Indústria em Santa Terezinha									
Ano	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Madeira e Mobiliário	Borracha, Fumo, Couros	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria Calçados	Alimentos e Bebidas	Total
2018	R\$1,864.71	R\$954.00	R\$1,621.83	R\$0.00	R\$0.00	R\$1,521.05	R\$0.00	R\$1,340.80	R\$7,302.40
2019	R\$1,447.92	R\$998.00	R\$1,598.25	R\$0.00	R\$0.00	R\$1,321.72	R\$0.00	R\$1,682.84	R\$7,048.73
2020	R\$1,948.94	R\$1,045.00	R\$1,335.75	R\$0.00	R\$0.00	R\$1,571.28	R\$0.00	R\$1,804.03	R\$7,705.01

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 18 - Número de Empregos Subsetor Terciário em Santa Terezinha

Número de Empregos Subsetor Terciário em Santa Terezinha															
Ano	Elétrico e Comunic	Material de Transporte	Papel e Gráf	Serviço Utilidade e Pública	Construção Civil	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituição Financeira	Adm Técnica Profissional	Transporte e Comunicações	Aloj Comunic	Médicos Odontólogos Vet	Ensino	Adm Pública	Total
2018	0	0	1	3	1	107	7	7	10	30	17	9	4	305	501
2019	0	0	1	3	6	127	7	8	9	32	27	11	3	286	520
2020	0	0	2	3	14	124	4	8	22	42	25	11	4	263	522

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 19 - Salário Médio por Subsetor da Indústria em Santa Terezinha

RAIS Número de Estabelecimentos do Subsetor Terciário em Santa Terezinha															
Ano	Elétrico e Comunic	Material de Transporte	Papel e Gráf	Serviço Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituição Financeira	Adm Técnica Profissional	Transporte e Comunicações	Aloj Comunic	Médicos Odontológicos Vet	Ensino	Administração Pública	Total
2018	0	0	1	1	5	54	1	1	8	10	11	4	1	2	99
2019	0	0	1	1	10	60	1	1	8	13	15	5	1	2	118
2020	0	0	1	1	6	54	1	2	9	12	14	5	1	2	108

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 20 - Salário Total do Setor Terciário da Economia em Santa Terezinha

Salário Total do Setor Terciário da Economia em Santa Terezinha															
Ano	Elétrico e Comunic	Material de Transporte	Papel e Gráf	Serviço Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituição Financeira	Adm Técnica Profissional	Transporte e Comunicações	Aloj Comunic	Médicos Odontológicos Vet	Ensino	Administração Pública	Total
2018	R\$ -	R\$ -	R\$1.271,00	R\$7.067,33	R\$1.586,62	R\$178.829,17	R\$15.314,69	R\$15.168,01	R\$21.315,42	R\$42.468,72	R\$20.254,20	R\$13.964,79	R\$9.263,24	R\$659.415,59	R\$985.918,78
2019	R\$ -	R\$ -	R\$1.346,00	R\$8.043,42	R\$8.138,21	R\$214.940,54	R\$10.202,67	R\$19.095,53	R\$21.788,60	R\$50.359,57	R\$32.808,08	R\$21.531,00	R\$9.040,35	R\$654.820,55	R\$1.052.114,52

2020	R\$ -	R\$ -	R\$4.080,02	R\$10.618,58	R\$31.586,50	R\$249.044,21	R\$ -	R\$18.216,74	R\$74.856,80	R\$91.943,36	R\$29.106,39	R\$22.382,26	R\$8.591,53	R\$856.591,94	R\$1.397.018,33
------	-------	-------	-------------	--------------	--------------	---------------	-------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	-------------	---------------	-----------------

Fonte: RAIS/MTE 2023

Tabela 21 - Salário Médio do Setor Terciário da Economia em Santa Terezinha

Salário Médio do Setor Terciário da Economia em Santa Terezinha															
Ano	Elétrico e Comunic	Materia l de Transporte	Pape l e Gráf	Serviç o Utilida de Pública	Constru ção Civil	Comérc io Varejist a	Comérci o Atacadi sta	Instituiçã o Financeir a	Adm Técnica Profissi onal	Transp orte e Comu nicaçõ es	Aloj Comu nic	Médico s Odonto lógicos Vet	Ensin o	Administra ção Pública	Total
2018	R\$ -	R\$ -	R\$1.271,00	R\$2.355,78	R\$1.586,62	R\$1.671,30	R\$2.187,81	R\$2.166,86	R\$2.131,54	R\$1.415,62	R\$1.191,42	R\$1.551,64	R\$2.315,81	R\$2.162,02	R\$22.007,43
2019	R\$ -	R\$ -	R\$1.346,00	R\$2.681,14	R\$1.356,37	R\$1.692,45	R\$1.457,52	R\$2.386,94	R\$2.420,96	R\$1.573,74	R\$1.215,11	R\$1.957,36	R\$3.013,45	R\$2.289,58	R\$23.390,62
2020	R\$ -	R\$ -	R\$1.373,00	R\$3.209,48	R\$1.654,87	R\$1.903,99	R\$1.165,63	R\$2.024,65	R\$1.779,43	R\$1.766,56	R\$1.334,67	R\$2.088,75	R\$2.546,44	R\$2.624,55	R\$23.472,02

Fonte: RAIS/MTE 2023